

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE GRADUAÇÃO
CURSO DE JORNALISMO

LETÍCIA GUINTANI DA COSTA

**O POSICIONAMENTO DOS SUJEITOS SOBRE MATÉRIAS DE FEMINICÍDIO:
uma análise do caso de Luiza Gonçalves na página do *Facebook* de *GZH***

SÃO LEOPOLDO
2021

LETÍCIA GUINTANI DA COSTA

**O POSICIONAMENTO DOS SUJEITOS SOBRE MATÉRIAS DE FEMINICÍDIO:
Uma análise do caso de Luiza Gonçalves na página do *Facebook* de *GZH***

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel pelo Curso de Jornalismo, da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS.

Orientadora: Prof^a Dra. Sabrina Franzoni

São Leopoldo
2021

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, gostaria de agradecer a minha orientadora, Sabrina Franzoni, por ter aceitado esse desafio e por toda a ajuda na construção deste trabalho de conclusão que tanto idealizei. Seu acolhimento foi extremamente necessário para a concretização desta pesquisa.

Agradeço também os meus pais, Salete Guintani e Idair da Costa, que desde sempre foram meu ponto de equilíbrio, com muito incentivo e, principalmente por me manterem com os pés no chão ao longo destes cinco anos de graduação, que sempre foi um sonho. Desde a primeira ida à Unisinos para a realização da matrícula até a concretização do ProUni, eles sempre acreditaram que esse sonho era possível. Obrigada, mãe, por sempre me esperar à noite para ouvir as histórias que trazia de São Leopoldo e por comemorar cada etapa, desde a primeira vez que vi a minha voz sair no microfone da sala na Unisinos até a primeira capa de jornal e o primeiro debate apresentado. Agradeço meus tios (e padrinhos do coração), Jussara Guintani e Pedro Ribeiro, junto com minha prima-irmã Ariana Guintani Ribeiro, que me incentivaram muito antes do começo dessa trajetória e fizeram questão de prestigiar cada conquista e cada momento ao meu lado. Vocês também são minhas inspirações.

Meu carinho ao meu namorado Yuri Falcão, que durante quatro anos da minha graduação esteve ao meu lado me incentivando a todo momento e comemorando cada conquista. Ele, que sempre esteve atento e compreensível às minhas inseguranças e angústias, me mostrou que eu podia ser muito mais do que eu achava que era e, principalmente, fez eu acreditar em mim e em cada caminho que tracei. Agradeço muito a cumplicidade e parceria. Gratidão também à família dele pelo acolhimento especial.

Agradeço aos meus amigos que também estiveram presentes de alguma forma nesta caminhada, em especial, minha amiga Rafaela Barrios, que mesmo distante geograficamente fez questão de acompanhar cada momento e me apoiar ao longo da minha graduação. Rafa também é uma das pessoas que sempre me mostrou que eu deveria acreditar mais no meu potencial.

Ao longo destes cinco anos de Unisinos, em boa parte, tive a oportunidade de trabalhar com pessoas muito especiais, que me trouxeram muitos aprendizados, inclusive, para esta pesquisa. Agradeço especialmente meus colegas da Defensoria

Pública do Estado do Rio Grande do Sul, pessoas que contribuíram muito para minha trajetória e crescimento profissional.

Por fim, agradeço aos professores e colegas da Unisinos pelas trocas e experiências que compartilhamos ao longo destes anos. Mesmo sem estar presencialmente na universidade neste último ano de graduação, de alguma forma, sempre estivemos próximos e compartilhando vivências necessárias. Fiz muitos amigos nesta jornada que quero carregar comigo para a vida. Vocês foram extremamente importantes para que essa caminhada fosse mais rica e leve. Gratidão a todos aqueles que estiveram ao meu lado ao longo destes anos, que acreditaram em mim e compreenderam até mesmo as minhas ausências em certos momentos. Sou muito privilegiada por ser rodeada de tanta gente boa e de corações gigantes. Muito obrigada!

RESUMO

Este trabalho apresenta uma reflexão da posição dos sujeitos em matéria sobre feminicídio, com ênfase na cobertura do caso Luiza Vitória Bica Gonçalves, a partir dos comentários no *Facebook*, da página de *GZH*. A análise dos comentários publicados na rede social do veículo de comunicação foi realizada a partir de três reportagens, mapeando dois sentidos principais: a empatia e o negacionismo. O método de pesquisa escolhido foi a Análise de Discurso (Benetti, 2016) e a base de interpretação desta pesquisa foi feita a partir da mescla de perspectivas de alguns teóricos, como Butler (1998), Louro (1997), Bandeira (2014), Alsina (2009), Traquina (2008), entre outros. Por fim, a hipótese confirmada é de que a empatia prevalece a partir do posicionamento dos sujeitos nas manifestações publicadas nas redes sociais, mesmo que seja como uma ação de combate ao negacionismo.

PALAVRAS-CHAVE: violência de gênero; feminicídio; jornalismo; empatia, negacionismo.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
2 VIOLÊNCIA DE GÊNERO E FEMINICÍDIO	13
2.1 O TERMO GÊNERO	13
2.2 VIOLÊNCIA DE GÊNERO	19
2.2.1 O Femicídio	26
3 A NOTÍCIA COMO UMA CONSTRUÇÃO	30
3.1 REPRESENTAÇÃO MUDIÁTICA DE GÊNERO	30
3.2 O ACONTECIMENTO E OS VALORES-NOTÍCIA	32
4 O PERCURSO METODOLÓGICO E A ANÁLISE DE DISCURSO	42
4.1 A ANÁLISE DO DISCURSO: APARATO METODOLÓGICO	43
4.2 ENTENDA O CASO: LUIZA VITÓRIA BICA GONÇALVES	46
4.3 ANÁLISE DOS COMENTÁRIOS	47
4.3.1 Núcleo de Sentido 1: NS1 - Empatia	48
4.3.2 Núcleo de Sentido 2: NS2 - Negacionismo	53
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	58
REFERÊNCIAS	63
APÊNDICE	66

1 INTRODUÇÃO

O tema deste Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é o feminicídio e consiste em um estudo sobre a utilização do termo nas coberturas jornalísticas.

A pesquisa busca entender o posicionamento dos sujeitos em matérias sobre feminicídio, através dos comentários na página do *Facebook*, do veículo de comunicação GZH¹, sobre o caso Luiza Vitória Bica Gonçalves. Dessa forma é possível pensar o posicionamento do sujeito, a partir do lugar que ele enuncia numa relação interdiscursiva.

O feminicídio, tema desta pesquisa, é definido como o assassinato de uma mulher pela condição de ser mulher. As motivações que configuram esse tipo de crime podem partir do sentimento de propriedade sobre as mulheres, ou até mesmo a perda de controle de um relacionamento.

O crime de feminicídio está previsto na legislação desde a entrada em vigor da Lei nº 13.104/2015, que alterou o art. 121 do Código Penal (Decreto-Lei nº 2.848/1940), para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio. A lei foi aprovada em março de 2015. Desde então, a prática de crime contra a mulher passou a ser qualificada como crime hediondo, podendo resultar em até 30 anos de reclusão.

O Brasil, desde 2018, é governado por Jair Messias Bolsonaro (sem partido), que por 27 anos foi Deputado Federal e atuou no Congresso Nacional. Eleito num pleito conturbado, sem ter participado de um único debate e sem ter plano de governo, se apresentou como o principal representante da direita brasileira. O presidente é conhecido pelo tom conservador, defensor da ditadura militar de 1964, proferiu o nome do torturador Coronel Carlos Alberto Ustra na votação do Impeachment da então presidenta Dilma Rousseff (PT), em 2016. Na ocasião, Bolsonaro, deputado federal, foi à votação a favor do impedimento da presidenta proferindo palavras misóginas e machistas².

¹ GZH é uma fusão do jornal Zero Hora e da Rádio Gaúcha. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/tecnologia/noticia/2020/09/gzh-o-meu-lugar-em-qualquer-lugar-novo-posicionamento-da-marca-traduz-conexao-com-o-publico-ckeo8oyz800110137gpwo51z2.html>>. Acesso em: 29 maio 2021, às 19h47min.

² Impeachment de Dilma mostrou ódio à mulher, diz autor de livro dos Eua. Disponível em: <<https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2021/05/17/impeachment-de-dilma-e-machismo.html>> Acesso em: 22 de julho, às 10h33.

Ainda durante a campanha presidencial, Jair Bolsonaro, reiteradas vezes fez manifestações contrárias as conquistas das mulheres. As declarações³ apoiavam a diferença salarial entre gêneros, eram contrárias ao aborto, que tira o direito de escolha das mulheres, além de ironizar as denúncias de práticas de violência de gênero, num tom que em nada ajudava o combate à essa problemática.

Dados da Coalizão Solidariedade Brasil, uma rede formada por 18 entidades, emitiu, no início de 2021, um novo barômetro de alerta sobre a situação de direitos humanos e ambientais no Brasil. A partir deste alerta, foi possível destacar que, nos últimos dois anos, ou seja, durante o governo Bolsonaro, a violência, as violações e as desigualdades estão aumentando, sempre visando populações específicas, como LGBTQ+, a população negra e as mulheres. Afora a antipolítica perante a violência de gênero, o governo Bolsonaro expressa violência em manifestações cotidianas contra jornalistas, especialmente mulheres, além de expressar, quase que em tom de ignorância, um problema que só pode ser resolvido com políticas públicas e ações reais de combate à violência. As declarações do Presidente da República possuem um peso simbólico e importante com relação às práticas do crime de gênero, pois, ao deixar de falar sobre o assunto, ele oculta ações e o debate assertivo sobre questões que podem auxiliar no combate à violência e, principalmente, aos problemas de gênero.

O presente estudo se justifica por três fatores relevantes, sendo o primeiro deles o próprio tema. Atentar-se às narrativas dos crimes contra a mulher é uma contribuição para o levantamento dos casos e principalmente, para compreender a construção dos relatos envolvendo crimes de gênero. Desse modo, o jornalismo pode ser um lugar para pensar sobre essa problemática que só vem crescendo nos últimos anos. Só em 2020, o Rio Grande do Sul registrou 72 casos de feminicídio⁴ ao longo do ano. Conforme o Fórum de Segurança Pública de 2021⁵, uma em cada quatro mulheres de 16 anos ou mais foi vítima de algum tipo de violência nos últimos 12 meses no Brasil, sendo sete a cada 10 casos vindo de um autor conhecido: companheiro, namorado, ou ex-

³ A antipolítica de gênero no governo Bolsonaro e suas dinâmicas de violência. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/reb/article/download/176467/163971/441901>> Acesso em: 22 de julho, às 10h45.

⁴ Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/seguranca/noticia/2021/01/mapa-onde-foram-cometidos-72-feminicidios-em-2020-no-rs-ckjhri0u0000i017wpjgr6n8.html>>. Acesso em: 29 maio 2021, às 19h51min.

⁵ Fórum Brasileiro de Segurança Pública detalha os números de violência de gênero. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/06/infografico-visivel-e-invisivel-3ed-2021-v3-3.pdf>>. Acesso em: 29 de maio de 2021, às 20h.

companheiro, pai, mãe, irmão, filhos, padrasto ou madrasta. O que comprova a prevalência da violência doméstica e intrafamiliar.

Outro ponto importante é que o feminicídio, que se faz presente no campo midiático enquanto notícia, principalmente por conta das transformações que enfrentamos desde 2006, com a promulgação da Lei Maria da Penha, e pela aprovação da própria Lei do Feminicídio, aprovada em 2015, merece nossa atenção se considerarmos o papel social da mídia. Com o aumento de casos é preciso entender como essas narrativas divulgadas pelos meios de comunicação impactam a sociedade. Além disso, é importante pesquisar o referido tema para dar maior visibilidade no espaço acadêmico e refletir sobre o que o que vira notícia nos veículos de comunicação.

A segunda motivação para realizar a pesquisa foram alguns casos de feminicídio de grande repercussão que acompanhei ao longo de minha vida, não só acadêmica. Cito como exemplo o caso Eloá Cristina (2008), o qual lembro de assistir a narrativa de sua morte ao vivo, no programa Brasil Urgente. Um crime em que o próprio apresentador, José Luiz Datena, no programa Brasil Urgente, se envolveu por negociar com o agressor durante o sequestro. Outro caso foi o de Bárbara Penna, em 2013, que ocorreu no Rio Grande do Sul, em que a vítima perdeu seus dois filhos em uma tentativa de feminicídio. O vizinho de Bárbara também acabou vítima na tentativa de salvar ela e os filhos⁶. O caso só teve desfecho em 2019, quando João Guatimozin Moojen Neto foi condenado a 28 anos de reclusão pela tentativa de feminicídio, respondendo também pelas outras três mortes.

A terceira e última questão que destaco, como justificativa, foram os vários estudos acadêmicos mapeados, quatro artigos e nove trabalhos, que abordaram a temática do feminicídio em interface com o jornalismo, o que demonstra a importância deste assunto para o campo jornalístico. Em minha pesquisa da pesquisa alguns trabalhos contribuíram para fundamentar esse estudo, proporcionando boas referências bibliográficas e diretrizes que ajudaram na delimitação da pesquisa.

No artigo “Mídia e Questões de Gênero no Brasil: pesquisa, categorias e feminismos”, Ana Carolina Escosteguy (2019), há questões teóricas sobre o feminismo, se tornando uma referência, principalmente se tratando da historicidade nas relações de gênero. Outro texto “Masculino, o gênero do jornalismo: Um estudo sobre os modos de

⁶ Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/seguranca/noticia/2019/09/para-mim-foi-um-heroi-diz-barbara-penna-sobre-idoso-morto-ao-tentar-salvar-criancas-de-incendio-ck05zqzny09o001qmpyqy609a.html>>. Acesso em: 29 maio 2021, às 20h01min.

produção das notícias”, Marcia Veiga (2010), trouxe reflexões sobre o modo de produção das notícias, trazendo à tona as relações de poder e desigualdades que se fundam na cultura envolvendo, principalmente, questões de gênero e sexualidade. Para tentar entender a existência da heteronormatividade no jornalismo, há uma análise no estudo, sobre as concepções de gênero, observando a produção da notícia na contribuição, ressignificação, reprodução ou manutenção dos padrões de desigualdade. Finalmente, o terceiro artigo, “O campo minado de (des)informações e os desafios para viabilizar feminicídios no Brasil”, Isabel Gomes (2013), analisa o conceito de ‘feminicídio’ como designação de crimes contra a mulher, atentando-se ao fato de que muitas mortes de mulheres não possuem as informações necessárias que possam configurá-las como crime de gênero. O estudo de Gomes (2013) trata das dificuldades na utilização dos públicos para reconhecer este fenômeno. “Relações entre jornalismo e literatura policial: feminicídio em questão”, Isabella de Freitas Mariano (2019), a pesquisa observa que a narrativa do jornal A Gazeta (ES), traz uma romantização do crime de gênero contra a mulher, evitando a ótica do feminicídio. A importância do artigo reflete na opção do veículo de comunicação, enfatizando que o crime contra a mulher não é mais tratado como um drama de casal, promovendo, na verdade, um debate sobre o aumento do crime de gênero.

Entre os nove trabalhos acadêmicos mapeados, três foram identificados como tendo semelhanças e/ou diálogos com nosso objeto de pesquisa. Como por exemplo, o trabalho “Feminicídio e Imprensa: uma análise narrativa da cobertura do jornal Zero Hora da Chacina em Campinas”, de Larissa Dorneles (2017), que traz a narrativa sobre um homem que matou a esposa, o filho e outros dez familiares da vítima; “Os sentidos e as vozes no discurso feminicídio analisando o jornal Zero Hora”, Mariana Moraes (2019); e “Violência de gênero contra a mulher e a construção social da notícia: uma análise dos casos de feminicídios do G1”, Luana Casagrande (2016), análise da cobertura do portal a partir de casos de feminicídio com um determinado recorte de época (2012 a 2015). Todos os trabalhos retratam o lado da vítima e do autor do crime. Alguns, por vezes contextualizam casos históricos, como Eloá e Tatiana (que possuem uma diferença de aproximadamente dez anos). Em todos os trabalhos houve um estímulo por uma mudança nos padrões estabelecidos pela sociedade no momento construção de uma reportagem.

Finalizo a pesquisa da pesquisa com dois trabalhos que proporcionam um olhar sobre a evolução do enquadramento e do tipo de abordagem - como o uso do crime passional, algo que ficou no passado, assim como a narrativa que culpa a vítima pelo crime -. O primeiro de Juliana Torres de Brito e Leonor Graciela Natansohn (2019), “Feminicídio: a cobertura da Folha de S. Paulo e a teoria do enquadramento” e o outro, “A cobertura jornalística da violência contra as mulheres: uma análise das mudanças trazidas pelas leis do Feminicídio e Maria da Penha”, de Luiza Monteiro (2017). Ou seja, as mudanças na narrativa acerca das transformações ‘conquistadas’, por assim dizer, ao longo dos anos. É necessário observar o lugar conquistado para tratar de crimes contra a mulher. Há um novos significados e sentidos que precisam ser pesquisados.

A partir dessa delimitação, chegamos ao **problema de pesquisa que** consiste em perceber o posicionamento dos sujeitos em coberturas sobre o feminicídio em matérias jornalísticas publicadas em veículos de circulação do Rio Grande do Sul.

Dessa forma chegamos ao **objetivo geral** desse trabalho, que busca discutir o posicionamento do sujeito através dos comentários no Facebook, na página de GZH, sobre a reportagem do caso Luiza Gonçalves.

Os **objetivos específicos** da pesquisa visam: a) analisar as postagens dos sujeitos em narrativas jornalísticas sobre feminicídio; b) mapear as posições dos sujeitos que consomem a notícia sobre feminicídio, e c) fazer uma revisão bibliográfica sobre os termos gênero, violência de gênero e feminicídio.

No capítulo 2, em *Violência de Gênero e Feminicídio*, será utilizado como referência Judith Butler (1998) e Guacira Lopes Louro (1997) para falar de gênero. Em *Violência de Gênero*, trabalharemos com Ana Rita Conde Dias e Carla Machado (2004), além de Lourdes Maria Bandeira (2014), que sustentará o contexto histórico do tema. No subcapítulo *Feminicídio*, Carmen Hein de Campos (2015) nos ajuda a lembrar a importância da lei e da tipificação do termo, fatos também sustentados por Rubia Abs da Cruz (2020), que estuda e advoga sobre o mesmo tema.

A notícia como uma construção, Capítulo 3, traz Marcia Veiga (2011), como referências sobre a representação midiática de gênero. Alsina (2009), Traquina (2008) e Hall (1999) tratam sobre a definição do valor notícia e sua importância para a discussão do feminicídio como notícia.

No capítulo 4 trazemos o detalhamento do percurso metodológico e apresentamos a Análise de Discurso, referenciada por Marcia Benetti (2016), que ampara teórica e

metodologicamente a análise. O trabalho também disponibiliza, após as referências bibliográficas, um apêndice com os comentários identificados núcleos de sentidos para acompanhamento e conferência.

2 VIOLÊNCIA DE GÊNERO E FEMINICÍDIO

O referencial teórico deste Trabalho de Conclusão abarca três conceitos essenciais: gênero, violência de gênero e feminicídio. A ideia é trabalhar principalmente com autoras mulheres, evidenciando Judith Butler (1998) e Louro (1997), Bandeira (2014) entre outras referências que contribuem para embasar a análise empírica posterior.

2.1 O TERMO GÊNERO

Para iniciar a contextualização deste conceito, Guacira Lopes Louro (1997) explica que o termo "gênero" parece ter feito sua aparição inicial entre as feministas americanas, que queriam enfatizar o caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo. A palavra indicava uma rejeição do determinismo biológico implícito no uso de termos como "sexo" ou "diferença sexual". O termo "gênero" enfatizava igualmente o aspecto relacional das definições normativas da feminilidade.

Tendo em vista que o presente conceito referenciado pode destacar a identificação de cada um, relacionando-se aos aspectos sociais - reiterando que necessariamente não há vínculos entre os aspectos biológicos e naturais -, Louro (1997) destaca que o conceito serve, assim, como uma ferramenta analítica que é, ao mesmo tempo, uma ferramenta política. A autora destaca que:

Ao dirigir o foco para o caráter "fundamentalmente social", não há, contudo a pretensão de negar que o gênero se constitui com ou sobre corpos sexuados, ou seja, não é negada a biologia, mas enfatizada, deliberadamente, a construção social e histórica produzida sobre as características biológicas. (LOURO, 1997, p. 21-22).

Butler (1998), identifica que a apropriação feminista de teorias fenomenológicas sobre formação pode resultar na aplicação de uma noção ambígua, mas positiva do que é um ato. Se o pessoal é uma categoria que se expande para incluir estruturas sociais e políticas maiores que ela, os atos de sujeitos atribuídos de gênero podem ser também expansivos.

A autora argumenta que o discurso feminista tem se apoiado na categoria mulher como uma suposta experiência cultural universal, partindo de um desejo compreensível de formar laços de solidariedade. Para a autora, essa universalidade promove uma falsa promessa ontológica de eventual solidariedade política.

Em uma cultura em que a falsa ideia de 'homem' universal é normalmente entendida como sinônimo de humanidade, teorias feministas têm buscado com maior sucesso dar visibilidade às especificidades femininas e reescrever a história da cultura de maneira que a presença, a influência e opressão das mulheres sejam reconhecidas. (BUTLER, 1998, p.219).

Ao mesmo tempo em que existe um esforço para combater a invisibilidade da mulher, Butler (1998) alerta que o feminismo corre risco de tornar visível uma categoria que pode não ser, de fato, representativa da vida concreta de todas as mulheres.

A autora traz questionamentos importantes, capazes de contrariar preceitos instaurados na sociedade, questionando a distinção de sexo e gênero, e envolvendo, principalmente, a problematização do feminismo como algo predestinado somente às mulheres. Ela ainda chamava a atenção para a chamada “heterossexualidade compulsória” com o objetivo de iniciar uma “construção variável da identidade” (Butler, 1998, p. 23). Ela explica que quando Simone de Beauvoir diz que “não se nasce mulher, torna-se”, ela confirma que há uma construção de gênero, que depende de um processo cultural. (Butler, 1998, p. 23). A autora explica que quando Simone de Beauvoir diz que “não se nasce mulher, torna-se”, ela confirma que há uma construção de gênero, que depende de um processo cultural.

Butler (1998) reitera que os gêneros são instituídos pela estilização do corpo e, por isso, precisam ser entendidos como o processo ordinário pelo qual gestos corporais, movimentos e ações de vários tipos formam a ilusão de um Eu atribuído de gênero imemorial.

Para a autora, as pessoas não são seus corpos, mas fazem seus corpos. É o poder da escolha e o impacto que as experiências promovem a partir da vivência nesses corpos. O corpo é um processo ativo de incorporação de certas possibilidades culturais.

O corpo não é uma materialidade fatídica, terminada em sua própria imagem, mas uma materialidade que carrega certos significados, fundamentalmente dramáticos. A partir desse pensamento, Butler (1998, p. 216) propõe:

Consideremos gênero, então, como um estilo corporal, um ato, que é intencional e performático, em que 'performático' tem ao mesmo tempo uma carga 'dramática' e outra 'não referencial. Quando Beauvoir afirma que 'mulher' é uma categoria história e não um fato natural, ela claramente sublinha a distinção entre sexo, como uma facticidade biológica, e gênero, como uma interpretação ou significação cultural dessa facticidade.

A filósofa atesta que, de acordo com a distinção, ser fêmea é uma facticidade sem significado, enquanto ser mulher é ter se tornado mulher, ter feito o seu corpo se encaixar em uma ideia histórica, colocando em obediência a uma possibilidade historicamente delimitada e fazer isso como um projeto corporal repetitivo que precisa ser ininterruptamente sustentado.

Os gêneros são performances com consequências claramente punitivas, de acordo com a reflexão de Butler (1998, p. 217):

Gêneros discretos são parte das exigências que garantem a 'humanização' de indivíduos na cultura contemporânea; aqueles que falham em fazer corretamente seus gêneros são regularmente punidos. (...) não existe uma 'essência' que o gênero expressa ou externaliza; (...) gênero não é um fato (...) é uma construção que regularmente esconde sua gênese (...).

Em relação à descrição feminista dos gêneros, a autora acredita que a fenomenologia e o feminismo dividem o compromisso de ligar a teoria à experiência vivida, revelando também a maneira como o mundo é produzido por atos formadores de experiências subjetivas.

Butler (1998) considera que a teoria feminista buscou entender como estruturas culturais e políticas, sistêmicas ou que atravessam certa organização social, são determinadas e reproduzidas por atos e práticas individuais.

Os impulsos feministas emergem do reconhecimento de que a minha dor, o meu silêncio, a minha raiva ou a minha percepção não são mais apenas meus, e que isso me coloca em uma situação cultural compartilhada que acaba por me capacitar e empoderar de maneiras que eu não tinha previsto. (BUTLER, 1998, p.218).

Trata-se da exposição da problemática, que pode proporcionar o ato de força e coragem a quem relata o ocorrido para que haja uma exposição e vivência compartilhada, capaz de promover uma rede de apoio e acolhimento às vozes da situação. É como se o problema se tornasse protagonista em prol de uma causa ativista.

Para a teoria feminista, segundo Butler (1998), o pessoal se torna, então, uma categoria expansiva, que acomoda, mesmo que implicitamente, estruturas políticas

usualmente vistas como públicas; o próprio significado se político se expande. “Certa situação, inicialmente minha, não deixa de ser minha por também ser a situação de outra pessoa, e meus atos, apesar de serem individuais, reproduzem a situação do meu gênero – e o fazem de diferentes formas” (BUTLER, 1998, p. 218)

A autora classifica que se o gênero é um significante cultural assumido pelos corpos atribuídos de sexo e, se esse significante é co-determinado por diferentes atos e suas percepções culturais, então é potencialmente impossível, nos termos culturais disponíveis, entender sexo e gênero como coisas distintas.

A reprodução da categoria gênero é colocada em uma escala política mais ampla à medida que mulheres entram em determinadas profissões, adquirem certos direitos ou passam a ser reconhecidas em discursos legais e políticas, de maneiras significativamente novas. (BUTLER, 1998, p.219).

Interpretando os gêneros binários e o contrato heterossexual, a filósofa explica que para garantir a reprodução de determinada cultura, diferentes exigências, explicitadas na literatura antropológica sobre relações de parentesco, confinaram a reprodução sexual dentro de um sistema de casamento baseado na heterossexualidade:

A antropologia cultural feminista e os estudos de relações de parentesco mostram que as culturas são governadas por convenções que não apenas regulam e garantem a produção, troca e consumo de bens materiais, como também reproduzem os próprios laços de parentesco – o que depende de tabus e de uma regulação punitiva da reprodução para que esse fim seja garantido. (BUTLER, 1998, p.220).

Louro (1997) afirma que a partir dos avanços nos Estudos e Movimentos Feministas, que iniciaram na década de 80, o conceito passa a exigir que se pense de modo plural, acentuando que os projetos e as representações sobre mulheres e homens são diversos.

Observa-se que as concepções de gênero diferem não apenas entre as sociedades ou os momentos históricos, mas no interior de uma dada sociedade, ao se considerar os diversos grupos (étnicos, religiosos, raciais, de classe) que a constituem.

Na avaliação de Butler (1998), críticos para que haja um pensamento radical sobre a sedimentação histórica da sexualidade, destacando a fenomenologia como um ponto de partida para auxiliar na reconstrução dessa problemática, entendendo como os corpos são moldados em gêneros:

a formulação dos corpos como modelo de dramatização ou performance de possibilidades oferece um caminho para entender como determinada convenção cultural é incorporada ou performada. Mas parece difícil, se não impossível, imaginar uma maneira de conceitualizar o expoente e sistemático aspecto da opressão das mulheres de um ponto de vista teórico que tome atos formadores como ponto de partida. (BUTLER, 1998, p.220).

Na discussão proposta pela autora, a opressão não pode ser uma consequência direta de tais atos. É possível dizer que sem os seres humanos, cujos mais diversos atos, amplamente entendidos, produzem e sustentam condições opressoras, tais condições deixariam de existir.

Existem contextos e convenções sociais que possibilitam que determinados atos não apenas se tornem possíveis como passem a ser concebidos como atos propriamente ditos. A transformação das relações sociais, está, portanto, na transformação de condições sociais hegemônicas, mais do que nos atos individuais provocados por tais condições. (BUTLER, 1998, p.220).

A filósofa considera que a realidade dos gêneros é performática, o que significa que ela só é real enquanto estiver sendo performada. A autora reitera que como ato performático e ação pública, o gênero não é uma escolha radical ou um projeto que reflete uma simples escolha individual, ao mesmo tempo que não é imposto ou inscrito sobre o indivíduo.

O corpo não é passivamente marcado com códigos culturais, como se fosse um recipiente sem vida de relações culturais sagradas e preconcebidas. E nem o 'Eu' atribuído de corpo pré-existente. As convenções culturais que essencialmente significam esses corpos (...) os corpos atribuídos de gênero atuam num espaço corporal culturalmente restrito e performam suas interpretações de acordo com as diretrizes existentes. (BUTLER, 1998, p.223).

A pesquisadora ainda explica que o fato de a realidade dos gêneros ser criada por performances sociais estabelecidas significa que a própria noção de uma essência do sexo, uma masculinidade ou feminilidade verdadeira ou tão antiga quanto o tempo, "também é concebida como parte de uma estratégia que disfarça o ato performático de gênero" (BUTLER, 1998, p. 225).

A autora reitera que essa visão sobre os gêneros de certa forma não se apresenta como uma teoria compreensível sobre o que são ou como são construídos os gêneros. Nem indica um programa político feminista explícito.

Butler (1998) propõe que uma genealogia crítica dos gêneros deve se apoiar em um conjunto fenomenológico de pressuposições, colocando em evidência o conceito

expandido de um ato, socialmente compartilhado e historicamente formado, além de performático, como a própria autora descreve ao longo de sua reflexão.

Essa genealogia deve ser suplementada por uma política de atos performáticos de gênero, que reescreva identidades de gênero existentes e ofereça uma perspectiva sobre o tipo de realidade de gênero necessário. Tal reescritura precisa expor as reificações que tacitamente funcionam como identidades de gênero essenciais, e iluminar os atos e as estratégias de não reconhecimento que formam e disfarçam as maneiras como vivemos os gêneros. (BUTLER, 1998, p. 228).

Para a autora, a prescrição não é utópica, e sim, um imperativo para que reconheçamos a existência de uma complexidade de gênero, invariavelmente disfarçada pelo nosso vocabulário, e possamos trazer tal complexidade para uma interação cultural dramática sem consequências punitivas.

Minha preocupação é com a potencial reificação da diferença sexual que, ainda que involuntariamente, faça a manutenção de uma restrição binária das identidades de gênero e de um espectro implicitamente heterossexual para as descrições de gêneros, identidades de gênero e sexualidades. (BUTLER, 1998, p. 228)

A filósofa destaca, por fim, que os gêneros não são passivamente inscritos nos corpos e nem são determinados pela natureza, pela língua, pelo simbólico ou pela esmagadora história do patriarcado.

Gênero é aquilo que colocamos, invariavelmente, sob controle, diária e incessantemente, com ansiedade e prazer. Mas se essa ação contínua é confundida como um dado natural ou linguístico, o poder é colocado de lado, para que aconteça uma expansão do campo cultural, corporalmente, por meio de performances subversivas diversas. (BUTLER, 1998, p. 229).

Falar sobre gênero nos permitiu pensar, conjuntamente, nas ações que o viabilizam de tal maneira preexistente no contexto em que nos encontramos. O fato é que gênero não pode ser predeterminado como uma etiqueta sob nossos corpos, que nos define pela história ou crenças já existentes. Mais do que a definição que possui vínculo ao sexo ou os 'valores' introduzidos pelo patriarcado, gênero é parte da nossa construção social, aquilo que apenas nós mesmos somos capazes de definir a partir das próprias vivências e sentimentos únicos, incapazes de comparações ou determinações padronizadas.

A seguir, tratamos sobre a violência de gênero, situação que é colocada sob perspectivas impostas pela definição do próprio gênero. Será possível perceber neste subcapítulo porque a violência contra a mulher se separa, de certa forma, das outras formas de violência.

2.2 VIOLÊNCIA DE GÊNERO

A violência de gênero, referenciada neste estudo, pode se apresentar sob diversas perspectivas. Uma delas pode ser denominada violência contra a mulher, ou violência doméstica. Para Ana Rita Conde Dias e Carla Machado (2004), essa prática se destaca principalmente pelos papéis tradicionais dos homens e das mulheres, sustentados pelas diferenças comportamentais.

As diversas formas de violência, como a patrimonial, física ou sexual, ocorrem geralmente no âmbito íntimo, ou seja, dentro de casa, envolvendo homens, companheiros ou mesmo ex-companheiros das vítimas.

Dados da Agência Patrícia Galvão relacionados ao Mapa da Violência de 2015⁷, apontam que em 2013, por exemplo, o Brasil atingiu a marca de cinco mil homicídios contra mulheres no ano, configurando aproximadamente 13 por dia.

O estudo detalhado da pesquisa apontou ainda os locais que costumam ser os cenários mais comuns dessa prática, como a rua e principalmente a casa em que vive a vítima e o agressor. Comparando aos homicídios contra homens - em que o domicílio quase não aparece como local do crime, é possível afirmar que a casa pode ser um local de alto risco para muitas mulheres atualmente.

Lourdes Maria Bandeira (2014), defende que a qualificação e a análise da problemática da violência contra a mulher ocorreram à medida que o movimento feminista desconstruiu a ideia corrente de que o aparato sexual era inerente à natureza das mulheres e dos homens, colocando as concepções acerca dos sexos fora do âmbito biológico e as inscrevendo na história.

A professora sustenta que tal violência pode ser oriunda das desigualdades baseadas na condição de sexo que inicia ainda no ambiente familiar, em que as relações de gênero se constituem de acordo com as relações hierárquicas. Na opinião dela,

⁷ Disponível em: <<https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/feminicidio/pesquisa/mapa-da-violencia-2015-homicidio-de-mulheres-no-brasil-flacsoopas-omsonu-mulheresspm-2015/>>. Acesso em: 09 jun. 2020, às 22h00.

Além de perpetuar e distribuir preconceitos, é pela perspectiva de gênero que se entende o fato de a violência contra as mulheres emergir da questão da alteridade, enquanto fundamento distinto de outras violências. Ou seja, esse tipo de violência não se refere a atitudes e pensamentos de aniquilação do outro, que venha a ser uma pessoa considerada igual ou que é vista nas mesmas condições de existência e valor que o seu perpetrador. (BANDEIRA, 2014, p.450).

A autora também explicita a função social do Estado, que no cenário da pesquisa é notado como o órgão centralizador, aquele que assume o controle no âmbito investigativo dentro do campo da violência, ocupando uma cadeira cativa no campo sociológico das últimas décadas para cá.

Ainda que a violência contra a mulher tenha sido registrada em meados da década de 70, Bandeira (2014) aponta que o fenômeno veio a ser apresentado como categoria sociológica ou de área de pesquisa apenas uma década depois, em que a configuração mais utilizada foi o termo “violência contra a mulher”, caracterizado como questão central de debate do movimento feminista nacional.

Embora carregasse o termo, [violência contra a mulher], a prática foi destacada a partir de significados diferentes, variando a utilização semântica, que, ainda assim, reiterava a igualdade de sentidos. Quando se ouvisse falar em violência doméstica, intrafamiliar, conjugal ou violência de gênero, o assunto permanecia o mesmo.

Conforme Maria F. Gregori (2006 apud Bandeira 2014):

Como não havia uma decisão jurídica, apenas as tipificações penais correntes, assim como não há uma reflexão mais aprimorada sobre as implicações em termos de gênero desses tipos de violência, o saber que se tem sobre eles – e que orientam as classificações, o atendimento e o encaminhamento dos casos – acaba ficando subordinado às demandas das queixosas. (GREGORI, 2014, p. 295).

Ainda no que diz respeito aos tipos de violência doméstica, Bandeira (2014) afirma que o uso da modalidade violência de gênero entende-se que as ações são produzidas em contextos e espaços relacionais e, portanto, interpessoais, com cenários sociais históricos não uniformes. A autora aponta que a centralidade das ações violentas incide sobre a mulher, quer sejam estas violências físicas, sexuais, psicológicas, patrimoniais ou morais, tanto no âmbito privado-familiar como nos espaços de trabalho e públicos. Ela enfatiza que:

Não se trata de adotar uma perspectiva vitimizadora em relação à mulher (...), mas de destacar que a expressiva concentração desse tipo de violência se impõe, historicamente, sobre os corpos femininos, e que as relações violentas existem porque as relações assimétricas de poder permeiam o cotidiano das pessoas. (BANDEIRA, 2014, p. 295).

Sob esse ponto de vista, Bandeira (2014) considera importante destacar que a questão da violência contra a mulher tornou-se a principal identidade da agenda dos movimentos feministas, o que possibilitou a ampliação do diálogo e dos espaços de militância com a academia e no campo da sociedade civil por meio de entidades e organizações filantrópicas ou não governamentais (ONGs).

Segundo a professora, foi na atuação da militância feminista, que as reivindicações dos movimentos sociais criaram as condições históricas, políticas e culturais necessárias para o reconhecimento da legitimidade e da gravidade da questão.

foi o movimento feminista que teve atuação múltipla e fundamental em relação ao combate à violência de gênero: por um lado, visibilizou a violência da qual as mulheres eram 'vítimas preferenciais'. Ao mesmo tempo, retirou-o da esfera de vida privada e familiar, legitimando-o como problema político e de saúde pública, envolvendo os direitos humanos das mulheres. (BANDEIRA, 2014, p. 298).

A autora reitera ainda, que, por outro lado, ao questionar o ordenamento estruturador da ordem familiar e normatizador da sexualidade e dos corpos, o feminismo "voltou-se contra o controle mantido pela ordem patriarcal sobre as relações íntimas, evidenciando não apenas as desigualdades de poder, mas a ameaça que ela significava à integridade física, moral e psicológica das mulheres" (BANDEIRA, 2014, p. 298).

A professora também sinaliza a importância da criação de equipes pioneiras no combate e atendimento às mulheres em situação de violência,

grupos como "SOS Corpo de Recife (1978), São Paulo, Campinas e Belo Horizonte (década de 80). Esses grupos se caracterizaram por um agir político diante das instâncias públicas, contribuindo para a politização das violências de gênero cotidianas e para a demanda por uma resposta do estado' (Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação. (BANDEIRA, 2014, p.296).

Foi por volta de 1985 que o Estado passou a atender reivindicações do movimento feminista de forma oficial, a partir da criação de Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher (DEAMs). Conforme Bandeira (2014), a iniciativa brasileira foi pioneira, e acabou adotada, posteriormente, em vários países da América Latina. Em 2006, foi instituída a Lei nº 11.340, denominada "Lei Maria da Penha".

A partir da aprovação da lei que se caminha para a erradicação, coibição, punição e prevenção da violência doméstica e intrafamiliar. Embora a maior repercussão política e midiática em relação às DEAMs tenha sido a denúncia do caso extremado do poder de vida e de morte dos homens sobre as mulheres, e não a crítica à violência cotidiana e crônica contra as mulheres, a tônica foi capaz de agitar a opinião pública em meio às elites políticas da época. (BANDEIRA, 2014, p.296).

Junto às delegacias especializadas, houve também, em meados dos anos noventa, a criação das Casas Abrigo para as mulheres ameaçadas pela violência, principalmente quando se tratava de violência sexual e com risco de vida iminente.

A autora sustenta que o impacto real e simbólico causado pelas Delegacias Especializadas é indiscutível não apenas pela importância que assumiu para as mulheres, sobretudo sistema policial, mas também porque são elas as vítimas entre os presentes nas denúncias, o que traz maior visibilidade social. “De forma fundamental, a delegacia especializada representou um ganho político para a conscientização das mulheres contra a opressão masculina e pela busca da cidadania” (BANDEIRA, 2014, p. 297).

É na DEAM que se encontra uma atenção maior no atendimento às mulheres vítimas de violência doméstica. Lugar acolhedor, em que se permite o lugar de fala sem julgamentos, com valores diferenciados de uma delegacia comum, que traziam ainda mais constrangimentos às mulheres. O que chamamos de violência institucional. Bandeira (2014), destaca que essas delegacias deveriam ter os quadros funcionais compostos por delegadas e agentes mulheres, capacitadas em relação a essas especificidades que caracterizam a violência doméstica.

O descaso, o desinteresse e o despreparo dos agentes geravam desestímulo a novas denúncias. Em muitas situações, predominava a ideia no imaginário policial de que eram as mulheres as responsáveis por provocar a agressão. Com a prerrogativa de que essas situações eram assuntos de esfera privada e de que as mulheres eram deflagradoras dos conflitos conjugais, a intervenção do Estado era mínima. (BANDEIRA, 2014, p.297).

A professora destaca a persistência dos problemas nas DEAM's e nos serviços públicos voltados ao combate e ao atendimento de mulheres vítimas de violência.

São muitos os desafios a enfrentar; o maior deles, a qualificação adequada de agentes públicos para perceber os processos de opressão contra grupos vulneráveis, assim como mecanismos concretos que introduzem e reproduzem as desigualdades de gênero. (BANDEIRA, 2014, p. 298).

Para a autora, o movimento feminista teve atuação múltipla e fundamental em relação ao combate à violência de gênero, trazendo visibilidade para a violência das quais as mulheres eram e ainda são “vítimas preferenciais”.

Ao mesmo tempo, o movimento retirou da esfera da vida privada e familiar, legitimando-o como problema político e de saúde pública, envolvendo os direitos humanos das mulheres. Por outro lado, ao questionar o ordenamento estruturador da ordem familiar e normatizador da sexualidade e dos corpos, o feminismo voltou-se contra o controle mantido pela ordem patriarcal sobre as relações íntimas, evidenciando não apenas as desigualdades de poder, mas a ameaça que ela significava à integridade física, moral e psicológica das mulheres. (BANDEIRA, 2014, p.298).

A autora considera que o movimento feminista passou a garantir a eficiência e eficácia da rede de atendimento e de combate à violência contra as mulheres, pressionando e indicando formas de sanar os problemas existentes.

A pesquisadora ainda reitera que, dessa maneira, as DEAMs tornaram-se objeto de observação da sociedade e de pesquisadoras, “tanto aquelas que registram experiências mais localizadas, como outras quantitativas ou voltadas para interferir nas políticas públicas” (BANDEIRA, 2014, p. 298).

A socióloga identifica que os atos e as reflexões da militância feminista, associados à comunidade acadêmica e aos grupos de mulheres organizadas foram os formadores da área de estudos da violência de gênero, destacando a natureza das relações de poder estabelecida entre homens e mulheres, nas conjugalidades e famílias.

(...) possibilitaram, ainda, evidenciar a existência dessa modalidade específica de violência e contribuíram para alterar parte dos equipamentos e serviços públicos, sem deixar de evidenciar as dificuldades no seu enfrentamento nas instituições públicas. Afinal, esta violência que se origina no modo como se armam as relações entre homens e mulheres no âmbito doméstico e familiar: maridos, ex-companheiros, pais, padrastos e namorados, desloca-se, atingindo as relações de agentes públicos com as mulheres, o que contribui para a reprodução, sob novas formas, da violência de gênero. (BANDEIRA, 2014, p. 299).

A autora chama atenção que, por sua vez, o pensamento acadêmico, na perspectiva feminista, ao tentar explicar a violência de gênero, defrontou-se com uma diversidade de explicações conceituais e metodológicas que, grosso modo, podem ser resumidas em algumas linhas de indagações, a saber:

a hegemonia do poder masculino, que permeia as relações entre homens e mulheres; a condição de subalternidade feminina, baseada na hierarquia de gênero; a reprodução das imagens de homem e mulher e dos papéis a ambos atribuídos por meio da construção social da violência; a existência disseminada e, ao mesmo tempo, invisibilizada das violências nas relações familiares e sociais e, enfim, a presença das dissimetrias organizadoras das normas e regras sociais em relações aos comportamentos de homens e mulheres. (BANDEIRA, 2014, p. 300).

Bandeira (2014) chama a atenção para a abordagem, que certamente não representa a maioria das autoras e autores que trabalham com as várias classificações realizadas nas pesquisas de violência contra as mulheres, nas perspectivas de gênero e feminista. Ao falarmos sobre a persistência da violência de gênero, Bandeira (2014, p. 300) relembra:

É sabido que no fim dos anos 70, os assassinatos de mulheres cometidos pelos respectivos maridos, companheiros ou ex-companheiros localizados nos segmentos de classe média ganharam visibilidade midiática e das autoridades. Este processo culminou na mobilização da militância feminista que passou a demandar políticas públicas de combate à violência contra as mulheres.

Até então, segundo a autora, os assassinatos assentavam-se no argumento da legítima defesa da honra, cuja espetacularização teve exemplo incontornável no caso Doca Street⁸. Bandeira (2014) alerta que, em pleno século XXI, os assassinatos de mulheres continuam sendo praticados de forma crescente, embora não sejam mais explicados oficialmente como crimes de honra.

Paradoxalmente, não houve mudanças significativas em relação as razões que continuam a justificar formalmente a persistência da violência de gênero, centralizando-se, ainda, na argumentação de que a mulher não está cumprindo bem seus papéis de mãe, dona de casa e esposa por estar voltada ao trabalho, estudo, ou envolvida com as redes sociais. (BANDEIRA, 2014, p. 301).

A autora ainda relembra que, pela abundância dos atos recorrentes de violência, percebe-se que a ordem tradicional se ressignifica, permanentemente, remodelando os padrões e os valores sexistas, porém, sem os eliminar.

Não há ruptura significativa nas estruturas antigas, as que ordenam e regem as hierarquias e os papéis femininos e masculinos na esfera familiar. Isto é, as concepções dominantes de feminilidade e masculinidade ainda se organizam com base em disputas simbólicas e materiais, que operam no interior dos

⁸ Disponível em: <<https://www.oabsp.org.br/sobre-oabsp/grandes-causas/o-caso-doca-street>>. Acesso em: 13 out. 2020, às 19h54.

espaços domésticos e que, por conseguinte, acabam por ser projetar a outras searas, sendo processadas em diferentes espaços institucionais. (BANDEIRA, p. 301, 2014).

Bandeira (2014) atesta que os estudos feministas sobre a violência de gênero consideram um dos pilares da violência contra a mulher o patriarcado e, de modo correlato, a dominação simbólica masculina, reconhecendo, ainda, outros elementos que compõem essa dinâmica. Para a autora, desta forma o patriarcado e a dominação masculina, se tomados isoladamente, seriam causas insuficientes para explorar a violência contra a mulher.

A autora afirma que, apesar das fragilidades que os conceitos apresentam na sociedade contemporânea, bem como as críticas que lhes são atribuídas, eles ainda trazem consigo significados e desdobramentos importantes para que se possa compreender a manutenção dos ordenamentos familiares:

Uma vez que não está rompida a máxima “em briga de marido e mulher, ninguém mete a colher”. Se a luta do movimento feminista foi tornar pública a violência sofrida pelas mulheres no sentido de reconhecê-la como problema que envolve a sociedade em geral, o poder familiar ainda a silencia. (BANDEIRA, 2014, p. 302).

Desta forma, Bandeira (2014) acredita que a manutenção da lógica familista se alia aos motivos aparentemente desencadeadores da violência:

Motivos que são sempre frequentes nas conciliações dos conflitos domésticos e intrafamiliar, cabendo à mulher reatar a relação afetivo-conjugal, rejeitar o pedido de separação, abdicar da independência econômica (mulher em processo de ascensão social), aceitar a violência como expressão de ciúme, entre outros. (BANDEIRA, 2014, p. 302).

A autora enfatiza que a violência de gênero, gerada na intimidade amorosa, “revela a existência do controle social sobre os corpos, a sexualidade e as mentes femininas, evidenciando, ao mesmo tempo, a inserção diferenciada dos homens e mulheres na estrutura familiar e social” (BANDEIRA, 2014 p. 303). Ela também reforça a ideia de que as relações interpessoais de convivência nos locais privados e familiares são o lugar propício para instalação e potencialização da violência contra a mulher.

Para Bandeira (2014), a violência contra mulher não se caracteriza como patologia ou como desvio individual, mas sim, como permissão social concedida aos homens na sociedade, em relação a qual estariam de acordo. A autora lembra que, por outro lado,

as pesquisas informam que os atos e sentimentos apreendidos socioculturalmente estão entre alguns dos motivos que dificultam o rompimento da relação violenta: com a esperança de que o agressor possa mudar o comportamento e o medo de represálias e outras agressões.

Além da esperança do agressor mudar de comportamento e o medo de represálias e de novas agressões, além do medo de perder a guarda dos filhos, a censura da família e da comunidade, a dependência afetiva e econômica, etc. A dominação masculina sobre as mulheres impõe-lhes uma submissão paradoxal, que se dá através da violência exercida pelas vias da comunicação e do conhecimento. (BANDEIRA, 2014, p.305).

Para a socióloga, as instituições configuram-se em espaços privilegiados, onde os princípios da perpetuação da dominação masculina são elaborados e impostos. Por esta razão, ela acredita que o movimento feminista passou a demandar do sistema policial ações dirigidas para implantar processos de capacitação de seus quadros.

Entre as ações, destacam-se a verificação do tipo de acolhimento dispensado às mulheres agredidas, bem como a ampliação do entendimento sobre situações de violência de gênero, uma vez que a tendência é a de se manter falsamente “neutras”. (BANDEIRA, 2014, p. 304).

A autora acredita que o uso da expressão violência de gênero, tornou-se, portanto, uma categoria que, além de potencializar a complexidade de relações sociais em níveis mais abstratos, consolidou-se como categoria analítica.

No próximo subcapítulo o assunto é o limite imposto pela violência de gênero: o feminicídio, que há pouco tempo transformou-se em lei e, respectivamente, circunstância qualificadora do crime de homicídio.

2.2.1 O Feminicídio

Neste subcapítulo há posicionamentos convergentes entre Carmen Hein de Campos (2015), Larissa Batista Dornelles (2017), Rubia Abs da Cruz (2020), sobre a lei do feminicídio e sua tipificação para noticiar o crime ou denunciá-lo.

O feminicídio é definido como “assassinato de mulheres pelo fato de serem mulheres”, ou “assassinato relacionado ao gênero”, que “se refere a um crime de ódio contra as mulheres, justificado socioculturalmente por uma história de dominação da

mulher pelo homem, estimulada pela impunidade e indiferença da sociedade e do Estado” (BRASIL, p. 1003, 2013, apud Campos, p.107, 2015).

A prática tornou-se crime de gênero pelo nome “feminicídio a partir da lei de número 13.104, designada como a Lei do Feminicídio.

Em seu caput, é informada a alteração do artigo 121 do Código Penal, de 7 de dezembro de 1940, para estabelecer o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio. Ela também causou alterações no artigo 1º da Lei número 8.072, de julho de 1990, a qual dispõe sobre os crimes considerados hediondos. Com a nova resolução, o feminicídio passou a integrar o rol dos crimes hediondos. (DORNELLES, 2017, p. 20).

A autora explica também a importância da criação de uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) implementada no Senado Federal para tratar do feminicídio, protocolado como Projeto de Lei do Senado de nº 292/2013. Essa proposição, segundo ela, inseria-se na estrutura tipificada do homicídio qualificado um parágrafo com a seguinte definição:

“denomina-se feminicídio à forma extrema de violência de gênero que resulta na morte da mulher quando há uma ou mais das seguintes circunstâncias: I – relação íntima de afeto ou parentesco, por afinidade ou consanguinidade, entre a vítima e o agressor, no presente ou no passado; II – prática de qualquer tipo de violência sexual contra a vítima, antes ou após a morte; III – mutilação ou desfiguração, antes ou após a morte”. (CAMPOS, 2020, p. 107).

A autora detalha que a proposta da Procuradoria da Mulher do Senado Federal confirmou a definição proposta do feminicídio como morte por razões de gênero, mantendo-o com duas circunstâncias: violência doméstica e familiar e menosprezo ou discriminação à condição de ser mulher.

De acordo com Campos (2015) o substitutivo alterou, substancialmente, o projeto original da CPMI, mantendo apenas a circunstância do feminicídio íntimo. As demais foram substituídas e concentradas nas expressões de menosprezo ou discriminação à condição de ser mulher.

O substitutivo da Procuradoria da Mulher, para Campos (2015), inovou, aumentando a pena em 1/3 à metade se o crime for praticado durante a gestação ou nos três meses posteriores ao parto; contra pessoa menor de 14 anos ou mais de 60 anos e na presença de descendente ou ascendente na vítima.

Desta forma, a autora destaca que o projeto foi aprovado e enviado à Câmara dos Deputados, onde tramitou como PL 8305/2014. Por lá, a expressão “razões de gênero”

foi substituída por “razões da condição de sexo feminino”, sendo assim aprovado pelo parlamento e sancionado pela Presidenta da República, Dilma Rousseff.

Campos (2015) sustenta que a violência feminicida pode ser compreendida “tanto como violência interpessoal, que implica na análise das vulnerabilidades femininas, às diversas formas dessa violência letal quanto como violência feminicida institucional, que se refere à praticada por agentes de estado” (2015, p. 109).

A autora aponta que os projetos de lei (tanto da CPMI quanto os substitutos) e a lei aprovada tiveram como principal objetivo a nomeação jurídica do termo feminicídio como uma conduta que expressa morte violenta em contexto que difere dos relacionados às mortes masculinas.

Nominar juridicamente o feminicídio, para a pesquisadora, foi uma demanda feminista de reconhecimento da especificidade dessas mortes. A tipificação penal é oriunda de conhecimentos jurídicos e políticos de uma violência que, antes de tudo, torna-se uma violação de direitos humanos das mulheres.

A pesquisadora acredita que proposta de criminalização do feminicídio no Brasil, insere-se na tendência observada na América Latina, desde os anos 90, de reconhecimento da violência contra mulheres como um delito específico.

Cruz (2020) concorda que a aposta de tipificar o feminicídio é política e oriunda do movimento feminista. A aposta é justamente para que não haja um número único no leque homicídios, levando em consideração uma faixa muito grande de crimes que aconteceram em âmbito doméstico, com a qual a mulher possui certa confiança.

O feminicídio é um crime de uma gravidade ainda maior, porque acontece no formato de ser uma violência, em que deveria quebrar-se todos os paradigmas, embora a sociedade de uma certa forma aceite isso quando não aceita um feminicídio, mas aceita todas as formas de violências anteriores, sem considerar que pode chegar efetivamente no fim da vida dessa mulher, porque as pessoas não querem interferir em briga de marido e mulher. (CRUZ, 2020, s/p).

A advogada chama a atenção para situações anteriores à aprovação da lei do feminicídio, ainda na década de 70, em que homens eram absolvidos por crimes contra a mulher:

Na década de 70, havia, inclusive, no poder judiciário, absolvição por legítima defesa da honra, o que felizmente foi mudando e vem sendo modificado por um trabalho muito efetivo nisso. Quer dizer, as mulheres podiam ser assassinadas porque traíam seus maridos, isso era legítima defesa da honra, sendo que muitos podiam criar ou inventar essa traição, e mesmo em casos de traição a nossa

Constituição não permite que se acabe com a vida de uma pessoa por conta disso. É tudo uma questão ainda muito forte e cultural machista que ainda perpassa. (CRUZ, 2020, s/p).

Dornelles (2017) exemplifica o pensamento de Campos (2015), destacando que a criminalização do feminicídio no Brasil segue exemplo de países latino-americanos na luta contra a naturalização da violência com base no gênero, mesmo apresentando falhas em aspectos, como utilizar sexo feminino ao invés de gênero, e excluindo, em primeiro momento, as mulheres transexuais.

Campos (2015) afirma que, enquanto alguns possam sustentar que a tipificação do feminicídio fere o princípio de igualdade ao tratar de forma diferente a morte das mulheres, ela não considera que a qualificadora viole o princípio de igualdade.

Entendo que não há a incidência dessa hipótese. Assim como a Lei Maria da Penha diferenciou a violência contra as mulheres nas relações conjugais e no ambiente doméstico e familiar, compreendendo que há nelas um desequilíbrio de gênero em desfavor das mulheres. O feminicídio é o aspecto extremo dessa desigualdade e violência de gênero. Assim, tem-se a nomeação de uma violência decorrente de uma desigualdade de fato. (CAMPOS, 2020, p. 108).

Para a autora, o feminicídio é o aspecto extremo da desigualdade e violência de gênero, e não traz benefícios frente ao homicídio, mas busca representatividade no combate à violência de gênero, nomeando uma violência decorrente de uma desigualdade de fato.

A partir desta reflexão, o próximo capítulo adentrará em questões relacionadas à notícia como uma construção, destacando o acontecimento, valor-notícia e a produção social das notícias. Além disso, iremos explorar as diferentes representações midiáticas de gênero.

3 A NOTÍCIA COMO UMA CONSTRUÇÃO

Neste capítulo iremos abordar fatores que fundamentam a notícia como uma construção e seus valores-notícia, além do poder da representação midiática de gênero, com menção à autores como Márcia Veiga (2011), Stuart Hall et. al. (1999), Miguel Rodrigo Alsina (2009) e Nelson Traquina (2008).

3.1 REPRESENTAÇÃO MIDIÁTICA DE GÊNERO

Mais do que falar sobre informação e jornalismo, é necessário trazer um pouco do contexto sobre a violência de gênero como representação midiática. Antes mesmo de tomar as devidas proporções a partir da informação acerca da morte de mulheres pela questão de gênero - ou por conta disso, a mídia buscou, de outras maneiras, retratar a realidade no Brasil. Um exemplo é através da teledramaturgia e as telenovelas. Trazendo proximidade para o presente estudo, destacam-se as novelas *Mulheres Apaixonadas* (2003), de Emanuel Carlos, apresentando a história de Raquel (Helena Ranaldi) e Marcos (Dan Stulbach) e *Fina Estampa* (2011), de Aguinaldo Silva, com a história de Celeste (Dira Paes) e Baltazar (Alexandre Nero), exibidas pela Rede Globo em horário nobre.

As duas telenovelas retratam fases que antecedem e sucedem a criação da Lei Maria da Penha no Brasil com situações que envolvem submissão, controle e domínio da mulher. Para Santos (2014), com a representação da violência doméstica, as tramas representam o cotidiano e servem para o fomento de informações e cidadania.

A informação sobre a morte de mulheres pela condição de gênero - o feminicídio, representado em todas as plataformas jornalísticas representa significativas reflexões para as transformações de discursos e narrativas na linguagem do jornalismo. Trata-se do uso do discurso como uma forma de representação, reflexão que se aproxima do pensamento de Michel Foucault. Em “Cultura e representação”, Hall (1992) explica, parafraseando Foucault (1980), que o que interessava eram as regras e práticas que produziam pronunciamento com sentido e os discursos regulados em diferentes períodos históricos.

Ainda na década de 1980, muito antes do acesso à TV que se encontra nos dias de hoje, ao chamar atenção para o fato de que milhares de mulheres morriam nas mãos dos maridos, namorados ou ex-parceiros, esse fenômeno tornava-se mais grave, na medida que era insuficientemente reconhecido como crime. Bandeira (2014, p 303) esclarece:

Em 1982, a TV Globo exibiu a minissérie brasileira “quem ama não mata”, com 20 episódios que tratavam do tema da violência contra a mulher em rede nacional. Reflexo direto da política feminista da época, o programa ganhava repercussão justamente no momento que as mulheres brasileiras haviam começado a sensibilizar a sociedade sobre a forma violenta que a discriminação de gênero poderia assumir.

Desde então, segundo Bandeira (2014), a sociedade ficou mais atenta ao tema e muito se avançou - e muito se passou a mostrar, como refletimos anteriormente neste capítulo. A autora reforça que é indiscutível que a violência contra as mulheres permaneça como um grave problema no país.

Para a pesquisadora Veiga (2011), as distinções de gênero não raro se transformam em relações desiguais entre o masculino e feminino em todos os campos da vida social e até mesmo nas notícias.

Nessas produções, o poder simbólico do jornalismo em particular possui extrema relevância e incidência, principalmente como um reflexo da retroalimentação do jornalismo com a cultura e os sistemas de valores (Veiga, 2011).

A pesquisadora sustenta que nossas narrativas individuais estão permeadas e permeiam o jornalismo em uma dinâmica interativa.

A constituição do sujeito e de suas posições sociais, as formas como constitui sua identidade, reconhece-se num grupo, numa cultura, se dão nas aprendizagens cotidianas que são essencialmente marcadas pelas interações sociais e pela participação ativa de instituições que contribuem nesse sentido, como os meios de comunicação, e o jornalismo em particular'. (VEIGA, 2011 p.185).

Os jornalistas, para a autora, são os verdadeiros responsáveis pela transformação dos acontecimentos em notícias. Afinal, eles têm o poder de dar vida aos significados gerados através dos fatos. Os valores-notícias são capazes de transformar um fato em notícia, cabe ao jornalista enxergar sua relevância.

O jornalismo atuante como forma de conhecimento - e também uma forma de acesso à cultura, ao noticiar a prática de crimes de gênero traz à tona a importância de tratá-los com emergência e a sensibilidade capaz de chamar atenção para uma problemática - que no caso do feminicídio, especificamente, aumenta a cada dia, que causa impacto, comoção e clama por debate.

Falar sobre o crime de gênero contra a mulher propicia, além do acesso à informação, um papel educativo e social, contribuindo de alguma forma, como consequência vida de quem consome aquele material, podendo levar uma vítima à denúncia efetiva após um caso noticiado, que se assemelha à sua realidade.

3.2 O ACONTECIMENTO E OS VALORES-NOTÍCIA

Estudando a notícia como um produto da indústria da informação, Alsina (2009) contextualiza que o acontecimento nos permite compreender a natureza da estrutura e o funcionamento do sistema.

Na passagem do acontecimento para a notícia, Alsina (2009) já faz diferenciações, alegando que o fato é um fenômeno da percepção do sistema, enquanto a notícia é um fenômeno da geração do sistema. O autor explica que a relação acontecimento-notícia se relaciona com a realidade social a partir da noção de construção da realidade, como produção de sentido através das práticas produtivas e das rotinas da organização da profissão jornalística.

Alsina (2009) destaca que o grau de contribuição da mídia para a construção da realidade social do indivíduo está em função da experiência direta com os fenômenos e da dependência da informação da própria mídia sobre esses. Um elemento fundamental no processo de produção da informação, segundo o autor, são as fontes. A relação entre acontecimento-fonte-notícia é essencial para a compreensão social da realidade da informação.

Ainda sobre acontecimento-notícia, Hall et. al. (1999) explica um dos aspectos de seleção pode ser visto na organização de rotina de jornais, de acordo com notícias de áreas regulares. Os profissionais ficam pré-direcionados para outros acontecimentos e tópicos em termos de organização da sua própria força de trabalho.

Adentrando a circulação da notícia e as características do acontecimento, Alsina (2009) considera que acontecimento informativo evolui através da história, destacando-

o como um fato que vai além do que é normal. O autor, entanto, relembra que é preciso levar em conta que a concepção da notícia é o oposto da noção histórica ou científica do fato significativo que se repete e é constante, não excepcional.

Uma variação pressupõe uma ruptura da normalidade, e, enquanto maior for essa ruptura, mais espetacular será o acontecimento. Ele considera que há elementos essenciais que o sustentam. Dentre eles, destaca-se o tempo: ele acredita que há uma data de validade e, com o passar do tempo, transforma-se “no que é normal”. Além disso, o grau de validade de um acontecimento varia de acordo com sua importância, grau de repercussão, etc. “Nem todos os acontecimentos possuem o mesmo grau de obsolência; em certos casos, um fato pode manter sua categoria de acontecimentos em função das novas variações que sejam introduzidas sobre o primeiro acontecimento” (ALSINA, 2009, p. 41). Segundo o autor, para que exista acontecimento social, a variação precisa ser comunicável. Caso contrário, estaremos diante de um tipo de fato secreto. Tanto a variação quanto o nível de percepção acontecem em relação com o ecossistema.

Especificamente tratando de valores-notícia, Nelson Traquina (2008) traz os valores-notícia de seleção, que se dividem em critérios substantivos e contextuais. Além disso, existem os valores-notícias de construção e os valores-notícia e a organização jornalística. O autor também destaca a tipificação dos acontecimentos.

Alsina (2009) sustenta que quando se trata do acontecimento jornalístico, sua comunicabilidade é condição necessária, principalmente, se o classificamos como fato social, reiterando que, para o sistema de mídia, o fato deve ser comunicável.

“O que não é não se pública e, portanto, deixa de ser um acontecimento tanto para o sistema de mídia quanto para o público” (ALSINA, 2009, p. 143). Ao questionar sobre a criação do acontecimento-notícia pela mídia, ele reitera que a reflexão deveria ser se a mídia é capaz de destruir o acontecimento, já quem é quem cria os acontecimentos jornalísticos:

o acontecimento-notícia é a condição da existência da mídia. Portanto, se não existem acontecimentos de serem transformados em notícias, surgirão outros que se tornarão por causa desta falta de acontecimentos. Os chamados “factóides”, fenômenos variados que geram informações quando existem poucas notícias importantes. (ALSINA, 2009, p. 144).

O pesquisador ainda destaca que o desconhecimento de um fato o desqualifica como acontecimento-jornalística, mas dentro de um sistema no qual a mídia - ou parte

dela -, não está sob a égide direta de um único poder político, essa mídia não pode destruir todos os acontecimentos.

Alsina (2009) enfatiza que nem sempre tudo que acontece se transforma em notícia em todos os meios de comunicação. O fato é que, quando determinados meios de referência transmitem um acontecimento, sua difusão se multiplica com facilidade. Para ele, outra característica da comunicação deste fenômeno com incertezas no sistema da mídia é o da redundância.

Hall et. al. (1999) destaca ainda os processos de identificação e contextualização como um dos mais importantes, pois é a partir daí que os acontecimentos são 'tornados significativos'. Um acontecimento só faz sentido se puder ser colocado em um âmbito de conhecidas identificações sociais e culturais.

O autor ainda chama atenção para que não se permita que tais acontecimentos permaneçam no limbo da desordem, e os tragam aos horizontes do significativo. Na prática, isso quer dizer reportar acontecimentos invulgares e inesperados que já constituem a base do nosso conhecimento cultural:

A identificação social, classificação e contextualização de acontecimentos noticiosos em termos destes quadros de referência de fundo constitui o processo fundamental, através do qual tornam o mundo a que eles fazem referência inteligível a leitores e espectadores, mais um processo social constituído por um número de práticas jornalísticas específicas, que compreendem suposições cruciais sobre o que é a sociedade e como ela funciona (HALL et. al., 1999, p. 226).

O acontecimento jornalístico é um eco de diferentes vozes. Para Alsina (2009), se deixarmos de lado as notícias de última hora, o sistema de mídia é bastante homogêneo. Em casos que envolvem notícias de última hora, inclusive, é que, no dia seguinte, os outros meios devem dar continuidade àquela notícia.

A homogeneidade também ocorre no âmbito local, já que, provavelmente a TV do município também noticie essa informação. Levando em conta essas nuances, repete-se mesma notícia em diversas empresas jornalísticas. Mas, embora apareçam as mesmas notícias, isso não quer dizer que todos os meios de comunicação concedam o mesmo trabalho jornalístico (ALSINA, p. 145, 2009).

O autor ressalta que o acontecimento-notícia tem como característica ser algo repetitivo. Portanto, quando ele é, ao mesmo tempo, transmitido como notícia por um grande conjunto de meios de comunicação, podemos valorizar a sua transcendência

social. Alsina (2009) também defende que o acontecimento-notícia é uma mensagem e, como tal, também pode desencadear outros acontecimentos-notícia. Além disso, cada um terá um grau de implicação específico, que podem ser:

Implicação direta e pessoal – atingindo diretamente a vida cotidiana do indivíduo; implicação direta e não pessoal, atingindo diretamente de forma emotiva ou ideológica, mas sem ter muita relevância na vida cotidiana; implicação indireta, que não atinge o indivíduo e faz com que ele veja a notícia como algo que acontece em outro contexto e, por fim, a ausência de implicação, que causa indiferença ao indivíduo diante da informação recebida (ALSINA, 2009, p. 147 e 148).

O autor explica que alguns cidadãos recebem alguns temas como sendo mais importantes que outros. O público estabelece um temário dos assuntos mais relevantes, embora existam uma série de características que condicionam a importância do tema, como a anormalidade e a imprevisibilidade, por exemplo.

Além disso, Alsina (2009) defende que o conhecimento de uma realidade pressupõe um maior envolvimento com o tema. É como se o público criasse o seu próprio temário dos assuntos considerados relevantes a partir do temário que a mídia veiculou. Ele enfatiza que, quanto mais pessoas se sentirem envolvidas em um acontecimento, maior será a sua importância. Pode-se descobrir a estratégia dos meios de comunicação a partir do temário estabelecido dos assuntos mais importantes do dia.

O autor salienta que, na transmissão de uma notícia, não só se transmite a informação sobre o acontecimento, mas também sobre sua importância. Para isso, destaca-se o papel da mídia nesse sentido. Alsina (2009), no entanto, destaca que em certos casos, os acontecimentos classificados como excepcionais, podem se impor a essa burocracia. Dessa forma, ele reitera que o noticiável dos acontecimentos é uma valorização socialmente assumida, embora não necessariamente compartilhada.

Alsina (2009) explicita as regras de seleção dos acontecimentos. Dentre esses, destacamos elementos conhecidos neste trabalho de conclusão: a referência ao pessoal, ao privado e ao íntimo - notícias de interesse humano; a violência, a agressividade e a dor e a distinção entre normalidade e a anormalidade – acontecimento que coloca em jogo os valores sociais.

Por outro lado, Traquina (2008) entende por critérios contextuais nos valores-notícia de seleção o processo de produção de notícias e não as características do acontecimento.

Um destes critérios destacados pelo autor é a simplificação: quanto mais compreensível a notícia, mais chances tem a notícia de ser notada e compreendida, pois os clichês, os estereótipos muitas vezes se fazem necessários.

O mesmo vale para a amplificação, personalização e para a relevância. Traquina (2008) acredita que quanto mais sentido se dá ao acontecimento, melhor. Compete ao jornalista demonstrar a importância do acontecimento às pessoas.

A dramatização e a consonância também estão inseridas nos valores-notícias de construção. Traquina (2008) enfatiza que quanto mais a notícia insere o acontecimento em uma narrativa já estabelecida, mais possibilidades a notícia tem de ser notada, correspondendo às expectativas do receptor.

O autor também chama a atenção para os valores-notícia e a organização jornalística. Embora eles sejam partilhados por todos os membros da comunidade interpretativa, a política editorial da empresa pode influenciar diretamente o processo de seleção dos acontecimentos.

Mas o que é notícia? Traquina (2008) define que os valores-notícia são elementos básicos da cultura jornalística. Servem de óculos para ver o mundo e para o construir.

Os valores-notícias não são imutáveis, com mudanças de uma época histórica para outra, tendo em conta as políticas editoriais. As definições do que é notícia estão inseridas historicamente e a definição da noticiabilidade de um acontecimento ou de um assunto implica um esboço de compreensão contemporânea do significado dos acontecimentos como regras do comportamento humano e institucional. (TRAQUINA, 2008, p. 95).

Em relação ao crime como notícia, aspecto tratado na presente pesquisa, Hall et. al. (1999) destaca que é possível notar que as notícias são moldadas, devido à sua relação, a uma concepção específica de sociedade como um consenso.

Perante a este pano de fundo, o autor sugere que os acontecimentos noticiáveis são aqueles que parecem interromper fronteiras desse consenso. Já sugerimos que o consenso se baseia nos meios de ação legítimos e institucionalizados. “O crime é então notícia porque o seu tratamento evoca ameaças, mas também reafirma a moralidade consensual da sociedade” (HALL et. al., 1999 p. 237).

O autor explica que as notícias criminais não são uniformemente desta natureza dramática. Muito é rotina e sumário, porque o volume dos crimes é, por si só, visto como rotina, como um fenómeno recorrente.

Muitas notícias sobre o crime fazem, por conseguinte, pouco mais do que notarem que um outro crime sério foi cometido. Todavia, o jornalismo está altamente sensibilizado para o crime enquanto potencial fonte de notícias. Muito deste relato mundano de crime ajusta-se ainda, no nosso argumento geral, que assinala a transgressão das fronteiras normativas, seguidas de investigação, prisão e retribuição social em termos de condenação do transgressor. (HALL et. al., 1999, p. 238).

Hall et. al. (1999) aponta que a alteração na visibilidade de certas notícias de crime funciona em conjunto com outros processos organizacionais e ideológicos dentro dos jornais. O crime não é significativamente diferente de outros tipos de notícias regulares.

Para o autor, o que seleciona determinadas histórias pela atenção especial, e determina o relativo grau de atenção que lhes é dado, é a mesma estrutura de valores-notícia que é aplicada a outras áreas noticiosas.

Hall et. al. (1999) destaca outros fatores aos quais atribui um ponto especial sobre o crime como notícia: o estatuto especial da violência enquanto valor-notícia.

Qualquer crime pode ser levantado à visibilidade noticiosa se a violência estiver associada, visto a violência ser talvez o supremo exemplo das consequências negativas dos valores-notícia. A violência representa uma violação básica do indivíduo, o maior crime pessoal é o assassinato, ultrapassado apenas pelo assassinato de um agente que zela pela lei, o policial. A violência é também o supremo crime contra a propriedade e contra o estado. Representa, assim, uma ruptura fundamental na ordem social. O uso da violência marca a distinção entre aqueles que são essencialmente da sociedade e aqueles que estão fora dela (HALL et. al., 1999, p. 238-239).

Para o autor, a violência constitui, assim, o limiar crítico na sociedade. Especialmente os criminosos que transgridam essa fronteira são, por definição, merecedores de atenção noticiosa: “É impossível definir os valores-notícia em formas que não colocariam a violência no topo, ou próximo do topo da atenção noticiosa” (HALL et. al., 1999, p. 239). Ele enfatiza que as histórias de crimes são quase totalmente produzidas a partir das definições dos definidores primários institucionais.

Para Traquina (2008), os critérios substantivos dizem respeito à avaliação direta do acontecimento em termos de sua importância ou interesse como notícia.

O autor frisa que onde há morte, há jornalistas. A morte é um valor-notícia fundamental para esta comunidade interpretativa, é má razão que explica o negativismo do mundo jornalístico, que é apresentado diariamente nas páginas de jornal ou na televisão.

Além disso, Traquina (2008) destaca a proximidade e a relevância também são consideradas valores-notícia, sendo a última determinada pela capacidade do acontecimento incidir ou ter impacto sobre as pessoas.

Valores-notícia se contextualizam pela novidade e pelo tempo, que vem de encontro à escassez e o excesso. Traquina (2008) detalha que o fator tempo é um valor notícia numa terceira forma:

“Devido ao seu impacto na comunidade jornalística, um assunto ganha noticiabilidade e permanece como assunto como valor-notícia durante um tempo mais dilatado” (TRAQUINA, 2008, p. 82). Para o autor, outro valor-notícia fundamental para a comunidade jornalística é a notabilidade. É a qualidade de ser visível.

Este valor alerta-nos para a forma como o campo jornalístico está mais virado para a cobertura de acontecimentos e não problemáticas. O campo jornalístico tem maiores dificuldades na abertura de problemáticas. O trabalho jornalístico é uma atividade prática em que os jornalistas lutam constantemente contra a tirania do fator tempo. (TRAQUINA, 2008, p. 82).

Ainda na determinação do acontecimento no sistema da mídia, Alsina (2009) analisa condições que devem levar o acontecimento a se tornar uma notícia. Trata-se de uma série de fatores que determinam a seleção de notícias.

Novamente, destacam-se elementos em comum com a pesquisa em questão. Alsina (2009) chama atenção para a frequência, quando um acontecimento produzido em tempo que esteja de acordo com a frequência do meio e seu tempo de produção:

Além disso, destacam-se os conceitos: limiar – percebe-se muito mais um acontecimento quando o limiar de intensidade é muito alto, ou seu nível normal de significação tem um aumento repentino; ausência de ambiguidade – quanto mais fácil de apurar, mais rápido se tornará notícia; significação - relevância; consonância - torna-se acontecimento diante de determinadas expectativas de audiência⁷ e a continuidade – quando um acontecimento possui uma continuidade ou acontecimento relacionados. (ALSINA, 2009, p. 158-159).

Ao questionar o significado subjacente do enquadramento e da função interpretativa da apresentação noticiosa, Hall et. al. (1999) sugere que esteja no fato de apresentarem frequentemente informações de acontecimentos que ocorrem fora da experiência direta da maioria da sociedade.

Desta forma, apresentam a primeira, e, muitas vezes, a única fonte de informação acerca de muitos acontecimentos importantes. Mais ainda, dado que a notícia está repetidamente relacionada com acontecimentos que são novos ou inesperados, cabe a tarefa de tornar compreensível o que chamaríamos de realidade problemática. (HALL et. al., 1999, p. 228).

Para o autor, os acontecimentos problemáticos rompem com barreiras comuns e são, por conseguinte, ameaçadores por uma sociedade baseada em consenso, ordem e rotina.

Alsina (2009) resume as definições de notícia a partir de dois grupos: o conceito de notícia como espelho da realidade e a notícia concebida como uma construção da realidade. Partindo do pressuposto de que os jornais fazem interpretações da realidade, ele também enfatiza que, corresponde ao jornalista decidir se um fato merece ser notícia ou não. Em alguns casos, no entanto, a magnitude do acontecimento faz com que a pergunta seja absolutamente desnecessária.

No mesmo conceito, Hall et. al. (1999) acredita que é no momento que o profissional encontra dificuldades para escolher o acontecimento entre muitos itens que surge a ideologia profissional do que constitui boas notícias:

O sentido de valor-notícia do jornalista começa a estruturar o processo. Ao nível mais geral, isto envolve uma orientação para itens que são fora do comum, o que de certo modo vai contra as nossas expectativas normais acerca da vida social, o inesperado, com a certeza de que há singularidade. (HALL et. al., 1999, p. 225).

Hall et. al. (1999) explora que, quando os acontecimentos são delineados em enquadramentos de significado e interpretação, supõe-se que todos nós possuímos e sabemos igualmente como utilizá-los, que eles são extraídos fundamentalmente das mesmas estruturas de compreensão para todos os grupos sociais e políticos.

O autor também explica que, os enquadramentos são elaborados através de uma variedade de explicações, imagens e discursos que articulam o que o público supõe pensar e saber da sociedade.

Essa apresentação habitual de notícias, dentro de enquadramentos que já são familiares, tem duas importantes consequências: primeiro reforça e amplia a definição de imagens em questão e mantém-nas em circulação como parte do stock comum de conhecimento dado como adquirido. Segundo, transmite uma impressão de repetição eterna da sociedade como ordem social, composta de movimento, mas não de inovação (ROCK, 1973 e 1980, apud HALL et. al, 1999, p. 227-228).

A partir do conceito de representação social, Alsina (2009) realça a construção da notícia por meio dos acontecimentos. Por fim, o pesquisador traz a construção de um mundo possível, que consiste em três mundos distintos e que, ao mesmo tempo, são necessariamente inter-relacionados: o mundo real, o mundo de referência e o mundo possível.

Conceito este também defendido por Hall et. al. (1999), que destaca que a notícia é uma representação social da realidade cotidiana, produzida inconstitucionalmente e que se manifesta concretizando a significação de termos como: representação social, produção institucional e construção de um mundo possível.

Hall et. al. (1999) classifica como definidores primários e secundários as maneiras de criar notícias - o que não é produzido autonomamente por jornalistas, mas por fontes institucionais e regulares. Ele explica que uma das razões que motivam essa prática são as pressões internas da produção jornalística, que podem ser reduzidas ou aliviadas a partir desta forma de cobertura pré-agendada, que também gera mais dependência dos jornalistas na fonte.

Uma segunda razão, segundo o autor, se daria ao fato de as notícias estarem orientadas por noções de imparcialidade, equilíbrio e objetividade. Hall et. al. (1999) explica que o produto destas regras, é a distinção estruturada entre fato e opinião.

Em relação aos aspectos de criação da notícia, ele analisa o papel que os jornais desempenham, com mais autonomia e atividade. O primeiro ponto em que os tornou efetivamente independentes, por exemplo, foi o da seletividade. Exercendo este papel, o autor destaca que os jornais impõem seus próprios critérios nas matérias primas estruturas, apropriando-se ativamente delas e as transformando.

Hall et. al. (1999) considera que um papel ainda mais significativo neste processo de trabalho é a atividade de transformar um acontecimento em uma notícia acabada. Isto relaciona-se com a maneira que um item é tratado na forma de linguagem particular.

Precisamente, como já argumentamos, cada jornal tem um enquadramento organizacional específico, um sentido noticioso e os leitores, assim como também cada um desenvolverá um modo de discurso regular e característico. Isso significa que o mesmo tópico, fontes e estruturas inferenciais aparecerão diferentemente mesmo em jornais com uma perspectiva semelhante, uma vez que as diferentes retóricas de discurso terão um efeito importante em modificar o item original. (HALL et. al., 1999, p. 232).

Traquina (2008) aponta que há diversos registros da notabilidade. Um deles pode ser a quantidade de pessoas que o acontecimento envolve. Outro registro pode ser a inversão, contrário do normal. Destacam-se ainda o inesperado, o conflito e a controvérsia como valores-notícia. Em relação ao valor-notícia da violência, o autor chama a atenção para outro critério relacionado à noticiabilidade: a infração. Por ela, refere-se à violação. Desta forma é possível compreender a importância do crime como notícia.

Uma parte importante das notícias sobre o crime são rotineiras e breves (...) Ele é percebido como um fenômeno permanente e recorrente. (...) O que confere uma atenção especial ao crime é a mesma estrutura de valores-notícia que se aplicam às outras áreas noticiosas: um crime mais violento, com maior número de vítimas, equivale a maior noticiabilidade. Qualquer crime pode ficar com maior valor-notícia se a violência lhe estiver associada. (TRAQUINA, 2008, p. 85).

Por fim, Traquina (2008) destaca a tipificação dos acontecimentos, definida como um acontecimento não programado e especificamente imprevisto, imbuído de uma tal dose de noticiabilidade que provoca uma reação excitada e um tumulto na redação.

A seguir, no próximo capítulo, trataremos sobre a Análise do Discurso que ampara a metodologia deste estudo sobre o caso de feminicídio de Luiza Vitória Bica Gonçalves.

4 O PERCURSO METODOLÓGICO E A ANÁLISE DE DISCURSO

Para analisarmos o caso de feminicídio de Luiza Vitória Bica Gonçalves, assassinada em maio de 2020, utilizamos como metodologia a Análise do Discurso (AD), de linha francesa.

O *corpus* da nossa análise é composto pelos comentários/postagens em três matérias publicadas em GZH⁹, seguindo a ordem cronológica dos acontecimentos: a primeira matéria utilizada *Jovem é morta a facadas em Porto Alegre e ex-companheiro é o principal suspeito*¹⁰, foi publicada em 6 de maio de 2020; a segunda matéria *Recém-formada em Nutrição e religiosa: quem era a jovem de 22 anos vítima de feminicídio em Porto Alegre*¹¹, foi publica em 7 de maio de 2020 e a terceira e última notícia que compõem a análise “*O foco dele era a Luiza, não conseguia e concentrar em outra coisa*”, *diz mãe de jovem assassinada pelo ex-namorado no Alto Petrópolis*¹², foi publicada no dia 18 de maio de 2020.

A escolha dessas três matérias deu-se em função de caracterizarem o acontecimento e de terem sido publicadas em sequência, permitindo o acompanhamento do caso. No total foram identificados, na página oficial do *Facebook* de GZH¹³, 442 comentários nas três matérias especificadas acima. A seguir explicamos o aparato metodológico. Desses, conseguimos extrair apenas 351¹⁴ comentários para a análise, sendo todos enumerados de 0 a 351, conforme a sequência das três matérias.

⁹ É importante destacar que esta pesquisa se ateve apenas nos comentários sobre essas matérias, e não propriamente sobre as mesmas, o que pode sugerir a continuidade desta pesquisa em um futuro breve.

¹⁰ Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/seguranca/noticia/2020/05/jovem-e-morta-a-facadas-em-porto-alegre-e-ex-companheiro-e-o-principal-suspeito-ck9w0dqhz00dn015nff15jm8t.html>>. Acesso em: 12 abr. 2021, às 21h40.

¹¹ Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/seguranca/noticia/2020/05/recem-formada-em-nutricao-e-religiosa-quem-era-a-jovem-de-22-anos-vitima-de-feminicidio-em-porto-alegre-ck9x8bft600o9015n25oaa6px.html>>. Acesso em 12 abr. 2021, às 21h42.

¹² Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/seguranca/noticia/2020/05/o-foco-dele-era-a-luiza-nao-conseguia-se-concentrar-em-outra-coisa-diz-mae-de-jovem-de-22-anos-assassinada-pelo-ex-namorado-no-alto-petropolis-ckact5k67008n015nrctb9me7.html>>. Acesso em: 12 abr. 2021, às 21h44.

¹³ Facebook.com/GZHdigital

¹⁴ No momento da filtragem de comentários do Facebook, só conseguimos extrair 351 dos 442 que constavam numericamente na página do veículo.

4.1 A ANÁLISE DO DISCURSO: APARATO METODOLÓGICO

Para entendermos o efeito simbólico do termo feminicídio sobre o leitor no caso do assassinato de Luiza Vitória Bica Gonçalves, mapeamos os sentidos produzidos pelas postagens dos leitores, em matérias sobre o acontecimento, disponibilizadas na página do *Facebook*, de *GZH*.

A Análise do Discurso (AD) é um dispositivo teórico e metodológico. Para utilizá-lo neste TCC nos apropriamos de algumas noções que amparam a nossa etapa metodológica. Segundo Benetti (2016) o dispositivo metodológico trabalha com o conhecimento de um conjunto de conceitos, a partir dos quais o analista vai construindo e orientando seu olhar sobre o objeto empírico para que possa estabelecer os seus procedimentos de pesquisa. Neste caso, o objeto empírico envolve os comentários sobre um feminicídio.

Tratando dos dispositivos teóricos da AD, destacamos o dialogismo. Benetti (2016) destaca que este termo diz respeito à relação entre sujeitos (intersubjetividade) e à relação entre discursos (interdiscursividade):

A intersubjetividade com um objeto com o qual se relacionaria com um sujeito. A relação se dá sempre entre os sujeitos, e o texto é uma materialidade discursiva em potência, que se concretiza ao produzir sentidos, por um sujeito que o enuncia ou o interpreta. (BENETTI, p. 236, 2016).

Conforme Pêcheux (1990 apud Benetti, 2016), o discurso age como efeito de sentidos entre interlocutores. Segundo o autor que elenca enunciador e destinatário de A e B, respectivamente, os elementos designam lugares determinados na estrutura de uma formação social, lugares dos quais a sociologia pode descrever o feixe de traços objetivos característicos.

Esses lugares determinados na estrutura de uma formação social estão representados nos processos discursivos, mas sua presença funciona ali de modo transformado: o que funciona nos processos discursivos é uma série de formações imaginárias que designam o lugar que A (enunciador) e B (destinatário) se atribuem cada um a si e ao outro, a imagem que eles fazem do seu próprio lugar e do lugar do outro. (PÊCHEUX, 1990 apud BENETTI, 2016, p. 82).

Benetti (2016) ainda ressalta a importância da noção de sujeito na análise de discurso, em que o sujeito do discurso não fala com plena liberdade, já que é 'assujeitado' pelas condições históricas materiais, pela ideologia e pela cultura.

Não sendo totalmente livre, o sujeito também não é totalmente assujeitado, propondo uma tensão importante entre o que o constitui socialmente e o que ele traz de único. Nada disso, no entanto, é mensurável pelo analista de discurso. O essencial é compreender esta dinâmica em que o sujeito é descentrado, dividido e integrado ao funcionamento dos processos discursivos. (BENETTI, 2016, p. 239).

Outra noção importante para a nossa análise é a interdiscursividade. Benetti (2016) explica que todo discurso é atravessado, ele mesmo, por outros discursos e pelo já-dito em outros lugares. O interdiscurso, segundo a autora, é um processo de reconfiguração, onde o sujeito é motivado a incorporar elementos que lhes são exteriores e anteriores, mobilizados pelos vários discursos que se atravessam. Para Orlandi (2001), o interdiscurso é processo que pode ser de afirmação e de retorno ao mesmo, ou de apagamento e esquecimento, apontando em direção ao Outro. Num caso de feminicídio temos vários atravessamentos discursivos, a violência contra mulher, a legislação protetiva, o discurso de homicídio, o silenciamento ignorando o crime, a empatia com a vítima, entre outros.

A noção de formação discursiva (FD) também é relevante para nossa análise, mas para facilitar a compreensão trocamos pelo termo: núcleo de sentido (NS). Segundo a autora, é por meio da FD que conseguimos "reunir o que está disperso" – mesmo que nucleado pelo mesmo sentido – em diversos textos.

Basicamente uma formação discursiva é aquilo que pode e deve ser dito, em oposição ao que não pode e deve ser dito, em uma posição dada e em uma conjuntura dada. (...) Uma formação discursiva é uma região razoavelmente delimitada de sentidos que correspondem a uma determinada perspectiva ou ideologia (formação ideológica), e o sujeito se posiciona em um lugar para enunciar já inscrevendo os sentidos naquela formação discursiva. (BENETTI, 2016, p. 240).

A delimitação discursiva de uma formação discursiva, de acordo com Benetti (2016), se dá na relação com outras formações discursivas, em um momento de tensionamento, complementação ou distinção. Isto significa que na maioria das vezes elas são excludentes entre si, reunindo em cada FD os sentidos próximos, mas distintos

da outra FD. Na nossa análise os núcleos de sentidos são **NS1: Núcleo de Sentido Empatia** e **NS2: Núcleo de Sentido Negacionismo**.

Como dispositivo analítico, Benetti (2016) ressalta que é preciso perceber a posição de sujeito do pesquisador que usa a AD. O pesquisador, segundo ela, também é um sujeito que produzirá sentidos sobre os textos analisados. A Análise de Discurso, de acordo com Benetti (2016), é guiada pela seguinte questão: como um discurso funciona?

O texto é percebido como o resultado de um processo, e é tomado, pelo analista de discurso como um objeto que irá ser questionado em busca de sentidos, sujeitos, ou relações, o que implica levar em consideração os processos que possibilitaram a sua existência. (BENETTI, 2016, p. 243).

Tratando-se dos tipos de abordagens produtivas a partir da perspectiva da Análise de Discurso proposta por Benetti (2016), destacamos a análise dos “sentidos”. A autora destaca que o primeiro passo para a análise de sentidos é enxergar a existência de duas camadas no texto: a primeira, mais visível, é a camada discursiva;

A segunda, só evidente quando aplicamos o método, é a camada ideológica. É essa segunda camada que explica o processo de atribuição dos sentidos que, muitas vezes, são tomados como literais, naturais ou verdadeiros, como se fossem a única interpretação possível. (BENETTI, 2016, p. 247).

A análise, segundo Benetti (2016), sempre será guiada por uma questão de pesquisa, e são os sentidos nucleares referentes a essa questão que o analista irá mapear. Já no método da análise, o caminho inverso do discurso:

Partimos do texto para o que lhe é anterior e exterior. O que fazemos é localizar as marcas discursivas do sentido mapeado, ressaltando as marcas que o representam de modo mais significativo. Depois de identificar os principais sentidos e reuni-los em torno de formações discursiva (fd) mínimas, o pesquisador deve buscar, fora do âmbito do texto analisado, as formações ideológicas que lhe correspondem, ou seja, os “outros discursos”. (BENETTI, 2016, p. 248).

A lógica da Análise de Discurso, segundo Benetti (2016), nos diz que um sentido sempre vem representar aquilo que poderia ser dito, naquela conjuntura específica, por aqueles sujeitos em particular, instados ideologicamente a dizer uma coisa, e não outra. a pesquisadora explica, ainda, que para organizar os procedimentos da análise é recomendado numerar os textos para que haja maior controle sobre o *corpus*. Técnica

que foi utilizada em nosso trabalho para numerar os comentários dos leitores. Esses trechos numerados, os comentários postados, são o que chamamos de sequência discursiva (SD). Essas sequências, de acordo com Benetti (2016), são os trechos arbitrariamente recortado pelo pesquisador do texto em análise, porque contém elementos que respondem às questões da pesquisa. Em uma primeira leitura dos comentários identificamos alguns sentidos que se repetiram, as sequencias discursivas (SD), que agrupamos em dois núcleos de sentidos: **ND1: EMPATIA** e **ND2: NEGACIONISMO**. A seguir contamos o caso a partir das três matérias de jornal.

4.2 ENTENDA O CASO: LUIZA VITÓRIA BICA GONÇALVES

O acontecimento é descrito pelo portal *GZH* como um feminicídio. A matéria *Jovem é morta a facadas em Porto Alegre e ex-companheiro é o principal suspeito* foi a primeira das três publicadas sobre o caso, em 6 de maio de 2020. O texto, produzido por dois repórteres, que cobriam o trânsito e as principais notícias da noite, noticiava que Luiza Gonçalves, de 22 anos, havia sido morta a facadas em uma avenida localizada nas proximidades do bairro Alto Petrópolis, na capital. Ainda de acordo com a reportagem, o principal suspeito do crime era o ex-namorado da vítima, Fábio Freitas de Medeiros, de 35 anos, de quem ela havia se separado há cerca de 10 dias. Informações do portal afirmavam que o ex-companheiro de Luiza não aceitava o término do relacionamento do casal. O repórter de trânsito estava incluso na reportagem porque o suspeito do assassinato de Luiza só foi preso porque capotou o carro em um acidente nas proximidades de onde o fato ocorreu. A principal informação deste primeiro texto trazia as primeiras informações do caso.

O compilado de matérias trouxe mais detalhes da história de Luiza, com informações que pudessem detalhar o perfil da jovem. A segunda matéria, com o título *jovem, recém-formada em nutrição e religiosa: quem era a jovem de 22 anos vítima de feminicídio em Porto Alegre* traçou o perfil de Luiza e como era o relacionamento dela com seu ex-companheiro. Na reportagem produzida por uma repórter da área de segurança do portal *GZH*, Luiza Gonçalves era descrita como uma jovem que se preparava para uma nova fase da vida, mas que teve seus planos interrompidos pelo crime.

O texto ainda descreveu a sequência que vitimou a jovem, que estava conversando com amigos quando foi esfaqueada por diversas vezes na frente de casa. À reportagem de *GZH*, a mãe de Luiza contou que estava se recuperando de uma cirurgia e que só ouviu os gritos da filha de dentro de casa. Ela ainda contou que a jovem tentou prestar queixa pela Delegacia Online dias antes do acontecido, mas não conseguiu. Ela fez contato com a Delegacia de Polícia e soube que precisaria ir até o local para efetuar a queixa, mas acabou desistindo da denúncia por medo do ex-companheiro ficar ainda mais agressivo, contou a mãe da jovem.

O terceiro e último texto produzido por *GZH* sobre o caso, *O foco dele era a Luíza, não conseguia se concentrar em outra coisa, diz mãe de jovem de 22 anos assassinada pelo ex-namorado no Alto Petrópolis*, destacou o relacionamento de Luíza com Medeiros a partir dos relatos da mãe da jovem, que descreveu como tinha sido os últimos dias da filha.

Na entrevista, a mãe da jovem descreveu também o perfil do ex-companheiro de Luiza, que era ciumento e possessivo a ponto de afastá-la dos amigos e até exigir que deixasse as redes sociais. “Tudo era motivo de ciúmes ou humilhações, até mesmo o trabalho de conclusão de curso da Luiza e o modo com que ela se arrumava”, destaca um dos trechos do texto. A reportagem também noticiou que o ex-companheiro de Luíza está preso na Penitenciária Estadual de Canoas e aguarda julgamento.

As três matérias de *GZH* produziram um enquadramento do factual até o perfil da jovem e seu ex-companheiro, tentando mostrar os fatos que acabaram vitimando Luiza, o que é de praxe das produções do veículo, que, além do factual, buscam entender a história da mulher vítima de um feminicídio. Todas as reportagens foram divulgadas no *Facebook* de *GZH* e tiveram números expressivos de comentários, conforme citado anteriormente: dos 442 encontrados, conseguimos extrair 351 para este TCC.

4.3 ANÁLISE DOS COMENTÁRIOS

A seguir, os núcleos de sentidos NS1- Empatia e NS2 – Negacionismo são ilustrados, exemplificam os sentidos através das sequências discursivas. Cabe informar que para diferenciar as sequências discursivas de outras citações de autores teóricos mantivemos as aspas, o corpo da postagem em 12, espaçamento 1,5 e recuamos o texto em 4 centímetros.

4.3.1 Núcleo de Sentido 1: NS1 - Empatia

É importante, antes do mapeamento dos sentidos relacionados à empatia uma breve definição do termo. De acordo com Roman Krznaric (2015), no livro *O Poder da Empatia*, a empatia é a arte de se colocar no lugar do outro por meio da imaginação, compreendendo seus sentimentos e perspectivas e usando essa compreensão para guiar as próprias ações. Para o autor, a empatia é distinta de expressões de compaixão, como piedade ou o sentimento de pesar de alguém, pois estas não envolvem a tentativa de compreender as emoções ou o ponto de vista da outra pessoa.

Foram identificadas 116 sequências discursivas relacionadas com a empatia. Alguma dessas manifestações, podemos caracterizar ainda como compaixão. Com relação à empatia, identificamos comentários que destacam a revolta das pessoas com as manifestações através de alguns comentários que, ora debochavam do acontecido relacionado com outra causa-morte, como a covid-19, ora culpabilizavam a vítima e/ou seus familiares pelo feminicídio.

Já na primeira sequência discursiva (SD1) vemos a utilização do termo empatia, o leitor cobra a sua ausência em relação a alguns comentários negativos.

"O ser humano deu muito errado mesmo... é cada comentário que chega a doer... que falta de empatia" (SD1)

Na próxima sequência discursiva, temos a relação interdiscursiva com a SD 49, que dizia "Gente ridícula fazendo piada pra um assunto tão sério. Uma moça de 22 anos é morta a facadas e as pessoas estão mais preocupadas é em zoar com a situação toda". Na SD abaixo, o leitor concorda com a indagação acima, explicando que quando as pessoas brincam com os sentimentos das pessoas parecem não pensar na dor sentida pelo outro, ou seja, por familiares e pessoas próximas de Luiza.

"Muitos brincam com os sentimentos das pessoas não pensam na dor muito triste Deus confortem aos familiares" (SD51)

Nesta sequência discursiva, encontramos mais uma vez uma relação interdiscursiva com outra manifestação (SD 98), que diz “Morreu de coronavírus”, ou seja, ironiza o crime de gênero. Na SD abaixo, o leitor questiona dizendo ser uma estupidez as piadinhas sobre assassinato.

"Quanta estupidez com piadinha sobre assassinato" (SD98)

Na sequência abaixo, o leitor manifesta repúdio pelas manifestações negacionistas que começam a aparecer com frequência a partir do segundo texto sobre o caso, que destacava o perfil de Luiza Gonçalves.

"Tem comentários que parecem ter sido feitos por marginais, vergonhosos" (SD172)

A duas SD abaixo registram mais uma relação interdiscursiva registrando repúdio por parte dos leitores com a SD259, que diz “Parabéns a mãe da moça pela “bela” educação dispensada a filha, principalmente na escolha dos parceiros minha avó já dizia – A laranja não cai longe do pé quanto ao assassino, que responda perante a lei...”.

A partir dessa sequência discursiva, os leitores se manifestaram contrários ao comentário, relatando um sentimento de dor a partir das palavras colocadas, pensando na mãe da vítima que poderia vir a ler os comentários:

"Como a mãe poderia saber? Imaginou que talvez ele possa ter omitido/escondido o fato? Não vou perder tempo explicando. Apenas me doeram as tuas palavras, pq imaginei a mãe dela lendo." (SD266).

"Nada pode ser mais agressivo do que as tuas palavras para uma mãe em luto, nada justifica um feminicídio..." (SD267)

Exemplos como os que acabamos de trazer, com leitores repudiando comentários que agridem a vítima ou a mãe da vítima reiteram, em suma, o discurso apresentado por

Benetti (2016) na explicação da Análise do Discurso, que destaca a forma com que o discurso age como efeito de sentido entre os seus interlocutores.

Os comentários feitos nas páginas de *GZH, no Facebook*, nada mais são do que se colocar no lugar do outro, ou seja, exercerem empatia em relação a vítima de feminicídio.

Da mesma forma, foi possível encontrar manifestações que repudiassem o fato com manifestações a partir da proximidade com a vítima, como ilustram as sequências discursivas 162, 297 e 301.

Nas duas sequências discursivas (162, 301) abaixo, as manifestações de empatia partem de um discurso de proximidade com a vítima, duas pessoas relatam ter tido uma relação de amizade com Luiza Gonçalves.

“Ela era minha amiga por anos...” (SD162)

“Ela era minha amiga...” (SD301)

A relação de empatia manifestada nessa sequência discursiva, novamente parte da proximidade com a vítima, em que uma pessoa diz conhecer Luiza e parece não acreditar com o que aconteceu com a jovem de 22 anos.

“Eu conhecia essa menina, sem acreditar!” (SD297)

Neste núcleo de sentido a empatia pode se manifestar das mais diferentes formas. As sequências discursivas 1, 51, 98 e 172 citadas acima, ilustram, mais do que a dor pelo outro, a manifestação contrária a alguns comentários que também foram encontrados nas postagens que noticiavam o fato, o que fica claro nesta análise nas sequências discursivas 266 e 267 citadas acima, quando respondem a um, que realizou um comentário de cunho negacionista.

Há outro comentário que ilustra de uma forma ainda mais sensível a revolta de quem se depara com uma ironia em relação a mesma SD259, que citamos anteriormente, quando uma pessoa parabeniza a mãe da vítima pela “bela educação”.

Na manifestação, uma pessoa questiona quem se manifestou de forma negativa a respeito da família da vítima, evidenciando que muitas outras mulheres podem ser vítimas assim como Luiza e pelos mesmos motivos. Além disso, a manifestação pede

que as palavras negativas sejam repensadas, indicando que a pessoa se coloque no lugar da mãe e tenha respeito pela dor dos outros.

*"Não sei se vc sabe, mas o pai da moça não está vivo. Além disso, qtos de nós podemos ser enganados por gente ruim? Pelas palavras da mãe, o tal namorado não aceitava o fim do relacionamento. Qtas mulheres têm sido mortas por homens que se sentem donos delas? E independente de qq fato, uma menina linda, filha de alguém, foi morta. Nenhum pai ou mãe devia passar por essa dor. Repensa tuas palavras. Imagina se a mãe dela lê o que vc disse? Precisamos olhar pra dor dos outros ao menos com respeito."
(SD264)*

As três reportagens que destacam o fato, o perfil da jovem e o foco do agressor, respectivamente, conforme já citamos acima, auxiliam principalmente no entendimento do efeito simbólico sobre o leitor, seja de empatia ou negacionismo. Muitas vezes o leitor se depara com o fato, mas fica sem contextualização sobre o mesmo, e as reportagens trazem os elementos necessários para a relação interdiscursiva.

Com isso, é pertinente destacar a importância da narrativa dos fatos e os sentidos que a apuração traz a quem não presenciou o ocorrido, mas que consegue entender a dimensão do caso por meio da notícia. Alsina (2009), ao destacar a união entre acontecimento-notícia, explica que há uma relação com a realidade social a partir da noção de construção da realidade como construção de sentido, através das práticas produtivas.

Neste caso, mais do que notícia que conta inicialmente sobre a morte da Luíza, as matérias duas subsequentes que trazem desdobramentos do caso são tão importantes quanto a primeira, pois mostram as motivações de mais uma prática de crime de gênero com uma construção que detalha o perfil da jovem e seu agressor. São nessas reportagens que os sujeitos passam a trazer manifestações de julgamento ou comentários que culpam a vítima ou pessoas próximas dela, como veremos no próximo núcleo de sentido, o negacionismo.

A próxima sequência discursiva contextualiza a importância de destacar a narrativa do crime de gênero para um texto noticioso sobre o feminicídio. Os dois comentários respondem repudiando uma manifestação negacionista, (SD176), a qual

descobriremos o significado a seguir, que diz “*traição será*”, que sugere a traição como a causa principal da morte de Luiza:

"Desde quando traição se mata se fosse isso não haveria mais a raça do homem na terra essas pessoas que se dão o direito de tirar a vida dos outros são loucos dementes"

"Traição? E isso é motivo de matar uma pessoa? Não né!"

Conforme colocamos no início da análise deste primeiro núcleo de sentido, além da empatia, foi possível identificar comentários que pudessem remeter à compaixão, com manifestações de leitores prestando solidariedade à família de Luiza a partir do fato, conforme poderemos observar nas SD abaixo:

Nas duas sequências discursivas a seguir, os leitores demonstram compaixão com a família da mãe, especialmente a mãe e a avó de Luiza que moravam com a jovem, sentindo muito pelas duas:

"Coitada dessa mãe!" (SD124)

"Coitadinha da mãe e da avó que sofrimento" (SD155);

Já nas próximas duas sequências discursivas, os leitores manifestam compaixão pelo acontecimento e desejam forças à família de Luiza, novamente remetendo as figuras da mãe e da avó pelo fato das duas possuírem maior proximidade com a jovem:

"Que notícia triste! Força p essa mãe e vó" (SD136)

"Que Deus esteja ainda mais com essa família. Que tristeza!" (SD153);

Conforme podemos observar, mais do que a empatia e a dor pelo outro, a compaixão se destaca neste caso, especialmente com manifestações de leitores que se solidarizam com familiares e pessoas próximas da vítima. Mais uma vez destacamos a importância de todos os elementos da narrativa, desde o fato noticioso até os seus complementos que tiram a vítima apenas das estatísticas, mas a colocam em contextos semelhante ao de qualquer pessoa que pode se deparar com o fato ao navegar pelo

Facebook, trazendo um ganho ainda maior para o acontecimento a partir das relações interdiscursivas e a posição dos sujeitos.

4.3.2 Núcleo de Sentido 2: NS2 - Negacionismo

Antes de trazer as postagens relativas ao sentido de negacionismo, cabe definir o termo. Segundo Aguinaldo Rodrigues Gomes (2019), ao tratar sobre o negacionismo histórico e a relação com a violência no Brasil contemporâneo, o machismo e a misoginia tem influenciado a precarização e eliminação de vidas com base na discriminação por marcadores de gênero, etnia e classe social. Pouco conhecido pelos brasileiros, de acordo com Gomes (2019), o termo negacionismo ganhou maior visibilidade a partir das falas de políticos e até eleitores do país no último pleito de Jair Bolsonaro, em que o governo brasileiro buscou anular origens históricas da desigualdade econômico-social a partir da negação dos processos de exclusão historicamente constituídos no país.

Gomes (2019) afirma que o negacionismo, começou a ser definido a partir da década de 1950 e que na década de 70 passa a ser um elemento central na estratégia para a recomposição ideológica de grupos políticos nazistas. Gomes (2019) enfatiza que é em defesa da manutenção de privilégios dos sujeitos homem branco, capitalista, rico, heterossexual e de suas famílias que se erguem discursos reacionários¹⁵.

Quando se fala de negacionismo, neste sentido, podemos incluir deboche, ironia e culpabilização da vítima. Todos esses elementos constam na análise dos comentários levantados a partir da postagem sobre o caso Luiza Gonçalves no *Facebook* de *GZH*. Na análise dos comentários que tratam do negacionismo, identificamos 48 postagens. A maioria dos leitores expressam ironia e mensagens que ignoram o feminicídio.

Além disso, é perceptível uma espécie de silenciamento, em que comentários sobre qualquer outro assunto se sobrepõe ao crime de gênero, de forma que as pessoas passem a negar outra problemática, como o problema sanitário causado pela covid-19, pandemia que assola o Brasil desde março de 2020.

No apanhado de sequências discursivas a seguir, é possível enxergar de que forma a covid-19 se relaciona com a morte de Luiza Gonçalves, em que a interdiscursividade deixa o crime de gênero de lado e trata da crise sanitária, que desde

¹⁵ O autor ainda destaca que a construção de uma democracia efetiva no Brasil passa, necessariamente, pela elaboração de dispositivos efetivos que garantam o combate à violência e fomentem às liberdades individuais, e é dessa forma que passamos a falar do crime de gênero.

àquela época vinha se destacando no topo do noticiário em níveis nacionais e mundiais. Nessas SD, é possível ver leitores dizendo que, ao invés de ser mais uma vítima do feminicídio, ironicamente dizem que Luiza Gonçalves terá como causa-morte a covid-19:

"Cuidado pra não colocarem a culpa no corona" (SD24)

"Milagre. RBS anunciando a primeira morte em quase dois meses e não é do vírus covid. Bó" (SD67)

"Ela levou a facada. mas no atestado vai vir que a causa da morte foi covid-19, certeza" (SD53)

Há ainda manifestações em que relacionam a morte da jovem com o veículo de comunicação (GZH) que, como dito anteriormente, tratava a covid-19 no topo de notícias e seus reflexos nos cenários socioeconômicos do país e do mundo.

Em uma manifestação, o leitor ironiza o crime de gênero, questionando se não iriam aplaudir a mídia por noticiar algo novo como o crime de gênero que vitimou Luiza:

"Ah para aqueles que dizem que só se morre do Covid-19, e aí não vão aplaudir a mídia agora de noticiar algo novo!!!" (SD42)

No mesmo rol de notícias, um leitor ainda questionou a postagem de mais uma tragédia, perguntando se não havia boas notícias para destacar ao invés daquela.

"Só tragédia ! Não tem uma notícia boa ?" (SD110)

Na mesma linha negacionista, tiveram comentários que deixaram totalmente de lado o crime de gênero que a postagem destaca, em que leitores aproveitaram o espaço para trazer comentários relativos à política e a polarização, em manifestações que citavam até mesmo o Presidente da República e seus familiares.

"Bolsonaro & Filhos com certeza.! Assume Laurinha qe menor... não da nada" (SD52)

As SDs citadas anteriormente são apenas alguns exemplos das 36 manifestações de pessoas que ignoraram o feminicídio, ironizando que Luiza Gonçalves teria, na verdade, sido vítima da covid-19.

Além desses comentários relacionando a tragédia com a covid-19, política ou com o próprio veículo que noticiava o crime, reportagens sobre o caso registraram manifestações em que pessoas culpavam a vítima ou até mesmo seus familiares pelo acontecido:

As próximas sequências discursivas sugerem que o motivo do crime de gênero contra Luiza teria sido a traição da jovem.

"Traição será?" (SD176)

"Um homem traído é uma bomba relógio" (SD207)

Na mesma linha de culpabilização da vítima, há sequências discursivas em que leitores culpam Luiza, indagando que a jovem resolveu se meter com marginal ou então que ela aceitava ser maltratada pelo ex-companheiro.

"Sim, lamentável a morte desta moça que resolveu se meter com marginal" (SD245)

"Não sei se o problema maior é o feminicídio, ou a mulher que em muitos casos aceita ser mau tratada" (SD258)

Além das manifestações que culpam a própria vítima de feminicídio por ter se envolvido com o homem que a matou, há sequências discursivas que registram manifestações que culpam a mãe de Luiza, pela educação que deu a filha, ou então pessoas próximas da jovem, que nada fizeram para evitar o crime:

"Ninguém denuncia. Ninguém quer se meter. Agora o aconteceu, todos amigos sabem quem ele era. Antes ninguém falava nada. Infelizmente é assim e vai continuar sendo" (SD231)

"Parabéns a mãe da moça pela 'bela' educação dispensada a filha, principalmente na escolha dos parceiros... minha avó já dizia: - a laranja não cai longe do pé... quanto ao assassino, que responde perante a lei" (SD259)

"Mas só imaginando a culpa da mãe nessa história" (SD276)

"Não julguei ninguém, mas conheço esse tipo de situação... Mulher que se mete com marginal vem de lares instáveis ou unilaterais... onde estava o pai dessa moça?? Ausente ou FOI AUSENTADO pela mãe??" (SD278)

"A culpa da mãe pode ser por não ter orientado melhor sua filha (com palavras e com exemplo) para que ela escolhesse com cuidado seus namorados... sinto pela família..." (SD292)

Até a aparência de Luiza foi motivo de questionamento por um leitor que, em uma sequência discursiva, questionou sobre a beleza da jovem na postagem que retratava o perfil da jovem vítima de feminicídio, a segunda reportagem das três, divulgada em 7 de maio de 2020.

"Será que ela era bonita?" (SD144)

Dos 48 comentários coletados, pelo menos 10 deles se referem à vítima ou a seus familiares culpabilizando-os pelo crime. Manifestações que emitem julgamento valorativo sobre a educação, a moral e a aparência de Luiza, com demonstram as SD 144, 292, 278, 276, 259 e 231. Essas postagens, na grande maioria, foram comentários referentes a terceira reportagem sobre o caso, na matéria *"O foco dele era Luiza, não conseguia se concentrar em outra coisa", diz mãe de jovem de 22 anos assassinada pelo ex-namorado no Alto Petrópolis*, que destaca o perfil e foco do agressor e o relacionamento com a jovem. Mesmo que esse tipo de manifestação tenha sido bastante recorrente, não foi mais numeroso que as manifestações de pessoas que repudiavam as postagens negacionistas com comentários exaltando empatia e solidariedade aos familiares da vítima.

De forma geral, as manifestações negacionistas retratadas nas 48 sequências discursivas traduzem, em grande maioria, a ignorância em relação ao crime de gênero e a culpabilização da vítima e pessoas próximas. A culpabilização, a trolagem¹⁶ e o próprio silenciamento que surge em meio às manifestações de covid-19 reiteram que a sociedade parece ainda aceitar a prática do feminicídio e, principalmente, todas as formas de violência que podem chegar à máxima do crime de gênero, que é a morte de uma mulher vitimada pelo seu agressor.

¹⁶ A trolagem, segundo Nestor Ximenes (2015), professor da Universidade Federal do Piauí, pode ir além de uma simples brincadeira e configurar bullying. O professor ainda reitera que, quando a prática ofende a honra objetiva ou subjetiva da pessoa ridicularizada na internet, pode caracterizar uma das condutas criminosas previstas no Código Penal, como calúnia, difamação ou injúria. Texto disponível em: <<https://www.ufpi.br/ultimas-noticias-ufpi/8871-trollagem-pode-ser-considerada-crime-com-puni%C3%A7%C3%A3o-de-at%C3%A9-3-anos-de-pris%C3%A3o#:~:text=Parece%20uma%20brincadeira%2C%20mas%20n%C3%A3o,e%20humilham%20outras%20pessoas%20gratuitamente>>. Acesso em: 30 maio 2021, às 11h25min.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Aprovada em 2015, a lei do feminicídio passa a caracterizar e contribuir para complementar as narrativas sobre os crimes de gênero de forma ainda mais específica. Isto é, um crime de assassinato contra a mulher pela condição de ela ser mulher e que tem aumentado com o passar dos anos, como percebemos pelas estatísticas, a exemplo do caso Luiza Vitória Bica Gonçalves. A reflexão sobre o feminicídio ocorre a partir de três reportagens *Jovem é morta a facadas em Porto Alegre e ex-companheiro é o principal suspeito*, *Recém-formada em Nutrição e religiosa: quem era a jovem de 22 anos vítima de feminicídio em Porto Alegre* e *O foco dele era a Luiza, não conseguia e concentrar em outra coisa*”, diz mãe de jovem assassinada pelo ex-namorado no Alto Petrópolis, que são analisadas neste Trabalho de Conclusão.

A partir da problematização dessa temática desenvolvemos nosso estudo. Iniciamos o referencial teórico acionando três conceitos: gênero, violência de gênero e feminicídio, que contribuiriam contextualizar historicamente a violência contra a mulher e para compreender a tipificação do crime.

Duas autoras, trazidas no capítulo 2, quebram alguns paradigmas ao defender a tipificação do conceito de feminicídio. Campos (2015), que considera que a tipificação do feminicídio foi uma demanda de reconhecimento oriunda, principalmente, dos direitos humanos das mulheres e Cruz (2020), que ressalta que essa tipificação é justamente para que o crime de gênero não chegue ao leque de homicídios e seja ignorada a gravidade do feminicídio, levando em consideração que a prática de gênero possui uma faixa de crimes que aconteceram no âmbito doméstico.

A narrativa do crime de forma humanizada, no uso da tipificação do termo, para a autora, ressalta a magnitude do acontecimento e a forma com que as pessoas recebem e se revoltam com o tema - mesmo que precisemos ensinar e reiterar a problemática àqueles que ainda negam o crime de gênero de alguma forma. Hoje se fala em feminicídio e é mais fácil compreender do que se trata, como denunciar e, até mesmo, evitar.

Butler (1998) e Louro (1997) nos permitem compreender que o termo gênero indicava uma rejeição do determinismo biológico e que o termo enfatizava, igualmente, o aspecto relacional das definições normativas da feminilidade. Além disso, o conceito

pode ser utilizado como uma ferramenta analítica que, ao mesmo tempo, serve como ferramenta política. O próprio significado político promove uma expansão, em que, uma situação pode ser única, mas ao mesmo tempo, de outras pessoas e os atos, apesar de serem individuais, reproduzem a situação de gênero.

Antes da aprovação da lei, na década de 70, homens eram absolvidos dos crimes contra a mulher, com a justificativa da legítima defesa da honra, já mencionada na teoria de Bandeira (2014), no subcapítulo violência de gênero.

Traquina (2008) permite entender por que o feminicídio se torna notícia através do estudo dos critérios elencados nos valores-notícia, detalhados no subcapítulo *O Acontecimento e os Valores-Notícia*. Com isso, foi possível perceber quais assuntos merecem ser selecionados, pois quebram a normalidade e, assim, são construídos e divulgados nos principais veículos e plataformas de comunicação.

A questão cultural ainda perpassa a sociedade e, por isso a narrativa do feminicídio e seus elementos complementares – como o perfil da vítima e até mesmo de seu agressor, trazidos na matéria *GZH*, uma união da Rádio Gaúcha e do Jornal Zero Hora a partir do site *GauchaZH*, e nas postagens do *Facebook* do veículo – são importantes para identificar os perfis que podem se assemelhar em outros casos de violência doméstica e feminicídio.

Relacionando os dados coletados na análise com os temas desta pesquisa, pode-se apontar a visibilidade, uso do termo correto, apuração, enquadramento, valores noticiosos que os meios de comunicação dão ao feminicídio e a importância de falar sobre o tema. Parte desse grau de envolvimento sustenta o interesse das pessoas pelo assunto, tendo em vista as problemáticas que podem sofrer aumento em caso de não noticiabilidade. O acontecimento-notícia, neste caso, pode trazer distintas implicações, mas parte disso vem dos próprios meios que constroem esse acontecimento como informação, conforme é sustentado por Alsina (2009) e defendido por Hall et. al. (1999) quando o autor destaca os valores-notícia.

Nesta pesquisa, o caso Luiza Gonçalves serviu como exemplo de análise entre tantos outros já noticiados nas coberturas de *GZH*, mas o “algo a mais” deste *corpus* são os comentários colhidos em uma análise preliminar do conteúdo coletado na página do *Facebook* do veículo de comunicação. A percepção dos sujeitos contextualizando o acontecimento a partir das três reportagens sobre o caso reuniram mais de 400

comentários. Nos 351 postes coletados, observamos que a posição dos sujeitos, predominantemente, foi o da empatia, com 116 sequências discursivas.

Mesmo diante de comentários negacionistas, de cunho machista, com 48 SDs – ou por causa deles, a posição dos sujeitos sob matérias que noticiavam o feminicídio de Luiza Gonçalves, predominantemente, foi a posição de empatia. Isso porque um comentário negacionista tinha o poder de motivar mais dois, três, ou mais, em que as pessoas traziam a empatia para “ir contra” aquela manifestação. O tipo de narrativa sobre feminicídio nas editorias de Segurança pode ser considerado recente, mas ao expor mais que o fato – como o perfil da jovem e do agressor, mostrado nas três matérias que utilizamos de *GZH* – com as primeiras informações do fato, em 6 de maio e posteriormente com o perfil da jovem e do seu agressor, em 7 e 18 de maio, respectivamente, traz proporções ainda maiores do traria somente naquela primeira informação que noticiava, de fato, o crime de gênero, principalmente pela dimensão que a reportagem carrega.

Em relação aos comentários favoráveis à vítima, é importante destacar, que além da empatia, algumas posições dos sujeitos, caracterizavam-se pela compaixão, com manifestações de solidariedade à vítima e à família, conforme apresentamos na análise.

O caso Luiza Gonçalves a partir dos três lados da história – acontecimento, perfil da vítima e, posteriormente o de seu agressor – traz questões pertinentes que norteiam as manifestações. Nas primeiras impressões a partir da matéria que noticiava o crime de feminicídio da jovem na noite de 7 de maio de 2020, aproximadamente 72 dos 135 comentários coletados eram manifestações de empatia, entre aquelas que soavam negacionistas ou até mesmo debochadas na postagem.

A partir da segunda reportagem, divulgada em 8 de maio, que contava o perfil da jovem, dos 85 comentários, pelo menos 36 traziam manifestações de empatia, o que trouxe uma menor proporção de posição em relação às manifestações negacionistas e de trolagem, que começaram a aumentar a partir do momento em que o perfil da jovem é esmiuçado. Parte dos comentários empáticos, inclusive, respondiam àqueles negacionistas, a partir do sentimento de revolta com as manifestações de cunho negativo.

Já na terceira reportagem que detalhava também o perfil do agressor e seu relacionamento com Luiza Gonçalves, manifestações que culpabilizavam a vítima ou comentários de cunho negacionista começaram a ter mais força, sugerindo que a

sociedade aceita o crime de gênero, e mais ainda, ironiza uma crise sanitária. Ainda assim, comentários deste cunho não foram predominantes, novamente, reforçando a premissa de que a empatia prevalece enquanto manifestação à frente do negacionismo, silenciamento e até quando a vítima é culpabilizada pelo fato. Diante dessa reflexão, a empatia pode estar relacionada à construção dessa narrativa e a importância de tirar a vítima da estatística e trazer a sua história e a trajetória humana.

A reflexão trazida para esta pesquisa destaca a importância do jornalismo diante de acontecimentos graves como o problema de gênero, que ainda requer debate e muitas transformações em suas construções como acontecimento-notícia. O fato é que, se tratando de valores-notícia, a sua importância é inquestionável e, mais ainda, a forma com que a notícia é construída vem tendo cada vez mais destaque, a exemplo do caso Luiza Gonçalves e do posicionamento dos sujeitos a partir de um feminicídio. O jornalismo reitera a importância da tipificação do feminicídio, reiterando os apontamentos trazidos por Campos (2015), além da importância de tirar a vítima de uma estatística, com uma narrativa que pode contribuir para o combate à violência de gênero, que segue em constante debate pelas transformações para melhor acolhimento da vítima que, ao chegar para prestar a denúncia, encontra-se no ápice do enfrentamento de todas as formas de violência.

Diante disso, é preciso seguir reforçando os canais de atendimento às mulheres, ampliando políticas de acolhimento e tratamento da vítima, evitando a chamada violência constitucional – que infelizmente ainda é pauta em muitos locais, e promovendo chances de recomeço para uma pessoa que necessita de ajuda após a tomada de decisão para denúncia.

O jornalismo tem um papel fundamental no auxílio desta demanda que sempre carece de atenção. O poder de informação pode salvar a vida de muitas mulheres que se encontram no ciclo de violência doméstica e que, muitas vezes, não conseguem denunciar e se tornam mais uma vítima para a estatística. A imprensa, em nosso ponto de vista, contribui para essa dinâmica ter mudado e ainda estar em constantes mudanças.

A informação apurada e elaborada pelo jornalismo deve fomentar ainda mais a busca por ajuda de tantas mulheres que se encontram em situação de violência, mas sequer sabem como buscar ajuda. Por isso, onde quer que esteja, fique atento aos sinais de violência - não somente contra a mulher; denuncie, divulgue os canais de denúncia e

apoio. Além do jornalismo como espaço institucional, todos nós podemos trabalhar pelo combate à violência doméstica, se metendo onde for preciso.

REFERÊNCIAS

- ALSINA, Rodrigo Miguel. **A construção da notícia**. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.
- BANDEIRA, Lourdes Maria. Violência de Gênero: a construção de um campo teórico e de investigação. Brasília: **Revista Sociedade e Estado**. Volume 29 Número 2 Maio/Agosto 2014.
- BENETTI, Marcia. **Análise de Discurso Como Método de Pesquisa em Comunicação**. Porto Alegre: EDIPUCRS. Pesquisa e comunicação: metodologias e práticas acadêmicas. Org: Claudia Peixoto de Moura, Maria Immacolata Vassalo de Lopes 326 p., 2016.
- BRITO, Juliana Lopes de; NATANSOHN, Leonor Graciela. **Feminicídio: a cobertura da Folha de S. Paulo a partir da teoria do enquadramento**. Ponta Grossa: **Revista Pauta Geral – Estudos em Jornalismo**. Vol. 6, n.2, p. 70-89, Jul/Dez, 2019.
- BUTLER, Judith. P. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. 11ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.
- CAMPOS, Carmen Hein de. **Feminicídio no Brasil: Uma análise crítico-feminista**. Porto Alegre: Revista Sistema Penal & Violência • Volume 7 – Número 1 – p. 103-115 – janeiro-junho 2015.
- CASAGRANDA, Luana. **Violência de gênero contra a mulher e a construção social da notícia: uma análise dos casos de feminicídios no G1**. Porto Alegre: Lume UFRGS, 2016.
- CRUZ, Rubia Abs da. **Entrevista sobre aumento de casos de feminicídios**. Porto Alegre: Entrevista de rádio. Rádio Gaúcha, 2020. Disponível em: <<https://soundcloud.com/radiogaucha/rubia-abs-da-cruz-advogada-mestre-em-direitos-humanos-e-socia-da-themis-14052020>>. Entrevista de rádio. Acesso em: 14 maio 2020, às 23h05.
- DIAS, Ana Rita Conde; MACHADO, Carla. **Gênero e violência conjugal: uma relação cultural**. Minho, Portugal: Análise Psicológica, 2004.
- DORNELLES, Larissa Batista. **Feminicídio e imprensa: uma análise narrativa da cobertura jornalística de Zero Hora sobre a chacina em Campinas**. Ijuí: Trabalho de Conclusão de curso. Biblioteca Digital Unijuí, 2017.
- Dossiês Agência Patrícia Galvão. **A explicação do feminicídio**. Disponível em: <<https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/violencia/violencias/feminicidio/>> Acesso em 22 de abril de 2020.
- ESCOSTEGUY, Ana Carolina D. **MÍDIA E QUESTÕES DE GÊNERO NO BRASIL: pesquisa, categorias e feminismos**. Porto Alegre: Compós, 2019.
- GOMES, Aguinaldo Rodrigues. Machocracia, negacionismo histórico e violência no Brasil Contemporâneo. **Revista Nanduty**, v. 7, n. 10, p. 146-158, 2019.

GOMES, Isabel Solyszko. **Um campo minado de (des)informações**: os desafios para visibilizar feminicídios no Brasil. Florianópolis: Fazendo Gênero, 2013.

GREGORI, Maria F. **Delegacias da Defesa da Mulher de São Paulo e as instituições**: paradoxos e paralelismos. Gênero e distribuição da justiça: as Delegacias de Defesa da Mulher e a construção das diferenças, Campinas: Pagu – Núcleo de Estudos de Gênero, Urcamp, p. 67, 2006.

GULARTE, Jeniffer. “O foco dele era a Luiza, não conseguia se concentrar em outra coisa”, diz mãe de jovem de 22 anos assassinada pelo ex-namorado no Alto Petrópolis. **GZH**, Porto Alegre, 18 maio 2020. Segurança. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/seguranca/noticia/2020/05/o-foco-dele-era-a-luiza-nao-conseguia-se-concentrar-em-outra-coisa-diz-mae-de-jovem-de-22-anos-assassinada-pelo-ex-namorado-no-alto-petropolis-ckact5k67008n015nrctb9me7.html>>

GULARTE, Jeniffer. Recém-formada em Nutrição e religiosa: quem era a jovem de 22 anos vítima de feminicídio em Porto Alegre. **GZH**, Porto Alegre, 7 maio 2020. Segurança. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/seguranca/noticia/2020/05/recem-formada-em-nutricao-e-religiosa-quem-era-a-jovem-de-22-anos-vitima-de-feminicidio-em-porto-alegre-ck9x8bft600o9015n25oaa6px.html>>

HALL, Stuart et al. A produção social das notícias: o mugging dos media. *In*: TRAQUINA, Nelson. **Jornalismo: questões, teorias e estórias**. 2. ed. Lisboa: Vega, 1999. HALL, Stuart. **Cultura e Representação**. Rio de Janeiro: Apicuri, p. 81, 2016.

KRZYNARIC, Roman. **O poder da empatia: a arte de se colocar no lugar do outro para transformar o mundo**. Tradução: Maria Luiza X. de A. Borges. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2015.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, Sexualidade e educação**: Uma perspectiva Pós-Estruturalista. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

MARIANO, Isabella de Freitas. **Relações entre jornalismo e literatura policial: feminicídio em questão**. Vitória: Portal Intercom, 2019.

MORAES, Mariana Silva. **Os sentidos e as vozes no discurso sobre feminicídio do jornal Zero Hora**. Porto Alegre: Lume UFRGS, 2019.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise do discurso**: princípios e procedimentos. Campinas, SP: Pontes, 3 ed. 2001.

PAGANELLA, Eduardo; KING, Nathalia. Jovem é morta a facadas em Porto Alegre e ex-companheiro é o principal suspeito. **GZH**, Porto Alegre, 6 maio 2020. Segurança. Disponível em <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/seguranca/noticia/2020/05/jovem-e-morta-a-facadas-em-porto-alegre-e-ex-companheiro-e-o-principal-suspeito-ck9w0dqhz00dn015nff15jm8t.html>>

SANTOS, Nícia de Oliveira. **Violência contra a mulher “a gente vê por aqui!”**. Goiânia: Repositório BC UFG, 2014.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise. IN: **Educação & Realidade**. Volume 15, n 2, jul./dez. 1990.

TRAQUINA, Nelson. **Questões, teorias e estórias**. Lisboa: VEGA, 2. ed., 1999.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo: A tribo** jornalística - uma comunidade interpretativa transnacional. Florianópolis: Insular, 2 ed., 2008.

VEIGA, Marcia da Silva. **A contribuição do jornalismo para a reprodução de desigualdades**: um estudo etnográfico sobre a produção de notícias. Porto Alegre: Unisinos, 2011.

VEIGA, Marcia da Silva. **Masculino, o gênero do jornalismo**: um estudo sobre os modos de produção das notícias. Porto Alegre: Lume UFRGS, 2010.

141	"Cadê o Ministro da Justiça pra fazer alguma coisa que preste e dar um jeito de 'atualizar' o código penal pra colocar eternamente esses monstros na cadeia ou aplicar uma pena de morte logo nesses vermes"	Revolta com o acontecimento
145	(em resp à SD 144) "Que comentário desnecessário ein, perdeu a chance de ficar calado"	Revolta com as manifestações
146	(em resp à SD 144) "A globalização das redes sociais é o maior problema da humanidade atual! Pq permite dar voz a imbecis"	Revolta com as manifestações
153	"Que Deus esteja ainda mais com essa família. Que tristeza."	Dor pelo outro; respeito pela vítima e familiares; revolta com o acontecimento
154	"Meu Deus as pessoas não tem mais a noção da vida"	Revolta com as manifestações
155	"Coitadinha da mãe e avó que sofrimento"	Dor pelo outro; respeito pela vítima e familiares; revolta com o acontecimento
156	"Que triste"	Dor pelo outro; revolta com o acontecimento
158	"Q tristeza. Pq tantos homens são assim??? Acho q vem da educação??? Q tipo de filho os pais criam??? Tudo pode???"	Revolta com o acontecimento
161	"Um cara dsse tem a mente fraca se não deu mais cerdo o relacionamento nao precisava faser isso com a jovem"	Revolta com o acontecimento
162	"Ela era minha amiga por anos..."	Dor pelo outro; proximidade
169	"Malditos homens que acham que mulher é objeto e pior ainda que se acham dono de alguma"	Revolta com o acontecimento
172	"Tem comentários que parecem ter sido feitos por marginais, vergonhosos"	Revolta com as manifestações
175	(em resp à sd 174) "Não cara. Do machismo mesmo"	Revolta com as manifestações e com o acontecimento
178	(em resp à sd 176) "desde quando traição se mata se fosse isso nao haveria mais a raça do homem na terra essas pessoas qe se dao o direito de tirar a vida dos outro sao loucos dementes"	Revolta com as manifestações e com o acontecimento
183	(em resp à sd 176) "Que falta de respeito com a família"	Revolta com as manifestações; dor pelo outro; respeito pela vítima e familiares
186	(em resp à sd 176) "Que cmentário infeliz... se fosse alguém da sua família. Pelo que entendi vc n tem família"	Revolta com as manifestações; respeito pela vítima e familiares
187	(em resp à sd 176) "Quando a desgraça não é na nossa casa, tem essa tendência ai de falar besteira..."	Revolta com as manifestações; respeito pela vítima e familiares
188	(em resp à sd 176) "Traição? E isso é motivo de matar uma pessoa? Não né!"	Revolta com as manifestações; respeito pela vítima e familiares
189	(em resp à sd 176) "Tomara que tu não tenha uma filha para sentir o que é isso, ridiculo"	Revolta com as manifestações; respeito pela vítima e familiares
200	"Feminicídio não é brincadeira e não é comédia, isso não é engraçado!"	Revolta com as manifestações; respeito pela vítima e familiares
205	"Ela dizia que 'ele mudaria por ser da igreja' gene não cai nessa, nunca fique num relacionamento abusivo porque alguém te prega isso, você não tem responsabilidade pelas escolhas de outra pessoa e pau que nasce torto morre torto"	Revolta com o acontecimento e com as manifestações; respeito pela vítima e/ou familiares; dor pelo outro
208	(resp à sd 207) "E isso justifica o que ele fez? Comentário totalmente desnecessário"	Revolta com as manifestações
214	"Infelizmente, mtas mulheres da igreja, ficam com esses retardados, pq o pastor manda orar pra ele 'mudar', que perante a biblia é errado se divorciar... mulheres, não sejam submissas a esse ponto, não orem pra ele mudar, pq isso não vai acontecer... não espere a justiça dos homens, pq é falha.. matem vcs mesmas, afinal, legitima defesa né.. que deus conforte essa família"	Revolta com o acontecimento; dor pelo outro; respeito pela vítima e familiares
218	(em resp à sd 217) "Triste a falta de respeito c a família em um momento de perda de sua filha ninguém aqui falando em vírus e sim mais uma mãe que não vai poder abraçar s filha nesse domingo, orínoa é bom qdo não dói na nossa alma"	Revolta com o acontecimento e com as manifestações; dor pelo outro; respeito pela vítima e familiares.
221	"Triste demais!"	Dor pelo outro
222	"A coisa funciona assim.. A Guria tem pai??? Tem !!! Sendo assim o pai sabe o que fazer!! Vingança dos fracos é a Justiça... Justiça dos fortes é a vingança... faz pra minha Filha eu chego no Inferno montado nele levando a Família dele a cabresto pra barganhar com o diabo."	Revolta com o acontecimento; manifestação de dor pelo ocorrido.
223	(em resp à sd 222) "Não! Ela não tem pai! Segundo a matéria, ele faleceu em 2016! E violência só vai gerar violência! O que precisamos é que as pessoas se deem conta do que está acontecendo e ajudem a sair dessa!"	Revolta com o acontecimento; dor pelo outro; respeito pela vítima e familiares
226	"Eu já acho que faria como no filme O Segredo dos Seus Olhos. Faria ele sofrer durante anos até ele pedir pra morrer."	Revolta com o acontecimento
228	(em resp à sd 222) "Infelizmente sou obrigada a concordar contigo, uma coisa é muito certa que trago comigo, coisas desse tipo contra um filho da gente eu corto em pedaços."	Revolta com o acontecimento; manifestação de dor pelo ocorrido.
232	"E aí tu se iguala a ele, e se torna um assassino tbem. o certo seria ser condenado a morte e pronto. Ficar preso numa cadeia por anos não é pagar pelo crime que cometeu, vai estar comendo e bebendo às custas da sociedade e a vida da moça não volta"	Revolta com o acontecimento
233	(em resp à sd 222) "Violência gera violência! Que hipocrisia essa frase se trata de um filho! Faria a mesma coisa! Iria atrás até acabar com o sujeito"	Revolta com o acontecimento; manifestação de dor pelo ocorrido.
242	"Acredito que um pai , uma mae ou irmão que matem alguém que ameaça sua filha deveria ser considerado legitima defesa de terceiros e nao condenado"	Revolta com o acontecimento; manifestação de dor pelo ocorrido.
246	"E claro que ele não morreu né? Pq esses caras infelizes acabam com a vida de alguém e ainda se dão bem?? Pq foi preso mas até quando? #LUTOLUIZABICA"	Revolta com o acontecimento; dor pelo outro
251	"Novamente nunca vai acabar a violência. #JUNTOSCONTRA A VIOLENCIA"	Revolta com o acontecimento; dor pelo outro
253	(em resp à sd 252) "BABACA. Um problema não anula os outros. Respeito é bom e todos gostam.... #LUTOLUIZABICA"	Revolta com as manifestações; dor pelo outro
254	(em resp à sd 252) "Homens sendo homens. Comentário lamentável"	Revolta com as manifestações
257	"Muito triste!"	Revolta com o acontecimento; dor pelo outro
261	(em resp à sd 259) "Uma tristeza as tuas palavras! Julgando uma mãe que perdeu a filha"	Revolta com as manifestações; dor pelo outro; respeito pela vítima e familiares
263	(em resp à sd 259) "Meu Deus, eu não to lendo isso"	Revolta com as manifestações; dor pelo outro
264	(em resp à sd 259) "Não sei se vc sabe, mas o pai da moça não está vivo. Além disso, qtos de nós podemos ser enganados por gente ruim? Pelas palavras da mãe, o tal namorado não aceitava o fim do relacionamento. Qtas mulheres tem sido mortas por homens que se sentem donos delas? E independente de qq fato, uma menina linda, filha de alguém, foi morta. Nenhum pai ou mãe devia passar por essa dor. Repensa tuas palavras. Imagina se a mãe dela lê o que vc disse? Precisamos olhar pra dor dos outros ao menos com respeito."	Revolta com as manifestações; dor pelo outro; respeito pela vítima e familiares
266	(em resp à sd 259) "Como a mãe poderia saber? Imaginou que talvez ele possa ter omitido/escondido o fato? Não vou perder tempo explicando. Apenas me doeram as tua spalavras, pq imaginei a mãe dela lendo."	Revolta com as manifestações; dor pelo outro; respeito pela vítima e familiares
267	(em resp à sd 259) "Nada pode ser mais agressivo do que as tuas palavras para uma mãe em luto, nada justifica um feminicidio..."	Revolta com as manifestações; dor pelo outro; respeito pela vítima e familiares
280	(em resp à sd 259) "foi a pior coisa que eu li em toda a minha vida. Eu desejo profundamente que pagues por tanta maldade, desamor. Eu te entrego nas mãos de Jesus. o dia que tua hora chegar, lembra do que acabou de escrever. Coração ruim, amargurado, psicanalista pra vc não dá conta. Nojo"	Revolta com as manifestações; dor pelo outro; respeito pela vítima e familiares
293	"Os pais devem ensinar que ninguém é de ninguém, como que uma pessoa pode julgar quem vive ou morre?!"	Revolta com as manifestações; respeito pela vítima e familiares
297	"Eu conhecia essa menina, sem acreditar!"	Proximidade com a vítima; dor pelo outro
301	"Ela era minha amiga..."	Proximidade com a vítima; dor pelo outro
303	"Triste. O feminicídio continua"	Revolta com o ocorrido; dor pelo outro
308	"Sem palavras..."	Dor pelo outro, proximidade; respeito pela vítima e familiares
309	"Força, manal!"	Dor pelo outro; proximidade; respeito pela vítima e familiares
310	"O machismo mata!"	Revolta com o ocorrido
321	"Ao invés de de doer pq o cara citou o machismo. Vocês deveriam estar fazendo com que o machismo acabe e as mulheres parem de morrer pra esse bando de imbecil que acha que mulher é propriedade"	Revolta com as manifestações e com o ocorrido; dor pelo outro
336	"Ele era machista. Todo homem que comete feminicídio é machista. Porque ele não VÉ a mulher como um ser humano livre, mas como uma posse, uma propriedade"	Revolta com o ocorrido; dor pelo outro
340	"Do que essa gente louca está falando? Uma pessoa foi assassinada e eles discutindo política do nada. Vão criar um grupo de discussão política pra malucos"	Revolta com as manifestações; dor pelo outro; respeito pela vítima e familiares
344	(Em resp à sd 342) "O que que ficar em casa ou trabalhar tem a ver com a matéria sobre a morte da moça Luiza Bica"	Revolta com as manifestações; respeito pela vítima e familiares

Núcleo discursivo: NEGACIONISMO		
SD	Comentário	Classificação
12	"Tem que prestar atenção com essa vítima pra não colocarem que ela morreu de covid. Em Passo Fundo por exemplo tem mais mortes por covid do que todo o estado do Mato Grosso inteiro"	Ignorando a prática de crime de gênero; relacionando com a pandemia
21	(em resp à 12)"Não vai rolar, mas se tivesse chegado com vida no hospital e depois viesse a falecer..."	Ignora o crime de gênero; ironiza o acontecimento
24	"Cuidado pra não colocarem a culpa no corona"	Ignora o crime de gênero; ironiza o acontecimento
30	"Não estou desmerecendo a doença, mas uma breve reflexão: se um paciente tem HIV e morre por contrair uma gripe, nenhum médico sério culpa o vírus. A morte é decorrente da AIDS. Por quê alguém que morre de diabetes, por exemplo, e contrai o corona, é constatado morte por covid-19?"	Utiliza a postagem para outro viés. Ignora o acontecimento.
35	"A culpa é da faca, vamos retirar as facas da população"	Ironiza o acontecimento e o crime de gênero
36	"Temos que proibir a fábrica de facas é muito perigoso"	Ironiza o acontecimento e o crime de gênero
42	"Ah para aqueles que dizem que só se morre do Covid-19, e aí não vão aplaudir a mídia agora de noticiar algo novo!!!"	Ignora o acontecimento
44	"O cara devia estar com o vírus no corpo RBS"	Ironiza o acontecimento e o crime de gênero
45	"Estava com vírus RBs, não esqueçam"	Ironiza o acontecimento e o crime de gênero
47	"O Yoki também foi vítima"	Ironiza o acontecimento e o crime de gênero
52	"Bolsonaro & Filhos com certeza! Assume Laurinha qe menor... não da nada"	Utiliza a postagem para manifestação política, ignora o acontecimento
53	"Ela levou a facada. mas no atestado vai vir que a causa da morte foi covid-19, certeza"	Ironiza o acontecimento e o crime de gênero
58	"Certo, td é corona vaires kkkk"	Ironiza o acontecimento e o crime de gênero
64	"Morreu de coronga"	Ignora o crime de gênero; ironiza o acontecimento
66	"Como que não disseram que a faca estava com o coronavírus!!!!"	Ironiza o acontecimento e o crime de gênero
67	"Milagre. RBS anunciando a primeira morte em quase dois meses e não é do vírus covid. Bó"	Ironiza o acontecimento e o crime de gênero
70	"Se fosse arma de fogo, amanhã de manhã a Rosane de Oliveira iria falar que é culpa do Bolsonaro porque ele é contra o Estatuto do Desarmamento!!!! - Devemos promover na sociedade com especialistas (sindicato, sociólogos, jornalistas, filósofos, professores, movimentos sociais, etc...) um debate para implantar o Estatuto do Desarmamento das FACAS!!! Fica aqui a ideia!!!!"	Ironiza o acontecimento e o crime de gênero; faz manifestações políticas
83	"BOLSONARO é o maior responsável pelo descontrole do combate a PANDEMIA no Brasil! 126 mil casos e 8.565 mortes!"	Ignora o acontecimento e faz manifestações políticas
91	"Laudo: COVID 19"	Ignora o crime de gênero; ironiza o acontecimento
98	"Morreu de coronavírus"	Ignora o crime de gênero; ironiza o acontecimento
108	"É faca, vão dizer que não foi o Adélio, tem provas, ele está preso!!! Faca pode!!!"	Ignora o crime de gênero e faz manifestações políticas
110	"Só tragédia ! Não tem uma notícia boa ?"	Ignora o acontecimento
120	"Faca vírus 19"	Ignora o crime de gênero; ironiza o acontecimento
121	(em resp à sd 120)...kkkkboa...	Ironiza o acontecimento e o crime de gênero
126	"Esta morte deve ir para a conta do Coronavirus"	Ignora o acontecimento
144	"Será que ela era bonita?"	Machismo
157	"Já comentei 1000 vez e vou comentar mais uma vez... parem de publicar essas notícias... proibam assim como é proibido publicar sobre suicídios... só fomenta ainda mais"	Ignora o crime de gênero e sua gravidade
163	"Mas ainda tem gente que NÃO MORRE DE COVID! NÃO ACREBITO RBS!!!"	Ignora o crime de gênero; ironiza o acontecimento
164	"Assassinato esse termo não existe no código penal babacas"	Ignora o crime de gênero
165	"Acho que não foi feminicídio foi corona vírus"	Ignora o crime de gênero; ironiza o acontecimento
166	"Homicídio"	Ignora o crime de gênero
174	"Mais uma pra conta de quem digitou 17"	Manifestação política
176	"Traição será?"	Machismo
202	"Mas o que está na moda e corona"	Ignora o crime de gênero; ironiza o acontecimento
207	"Um homem traído é uma bomba relógio"	Machismo
231	"Ninguém denuncia. Ninguém quer se meter. Agora o aconteceu, todos amigos sabem quem ele era. Antes ninguém falava nada. Infelizmente é assim e vai continuar sendo"	Culpabilização de familiares e amigos da vítima.
245	"Sim, lamentável a morte desta moça que resolveu se meter com marginal"	Culpabilização da vítima
252	"Certidão de óbito vai constar covid"	Ignora o crime de gênero; ironiza o acontecimento
254	(em resp à sd 252) "Também acho, aí vai pra conta do Bolsonaro"	Ignora o crime de gênero; ironiza o acontecimento
258	"Não sei se o problema maior é o feminicídio, ou a mulher que em muitos casos aceita ser mau tratada"	Coloca em dúvida a posição da mulher como vítima
259	"Parabéns a mãe da moça pela 'bela' educação dispensada a filha, principalmente na escolha dos parceiros... minha avó já dizia: - a laranja não cai longe do pé... quanto ao assassino, que responde perante a lei"	Culpabilização de familiares da vítima
276	"Mas só imaginando a culpa da mãe nessa história"	Culpabilização de familiares da vítima
277	"A culpa é do assassino.. a responsabilidade da filha se meter com marginais é da mãe... entendeu a diferença??"	Culpabilização de familiares da vítima
278	(em resp à sd 252) "Não julguei ninguém, mas conheço esse tipo de situação... Mulher que se mete com marginal vem de lares instáveis ou unilaterais... onde estava o pai dessa moça?? Ausente ou FOI AUSENTADO pela mãe??"	Culpabilização de familiares da vítima; ignora o crime de gênero; ironiza o acontecimento
288	(em resp à sd 252) "Meus posts são para maiores de "18 anos"..."	Ignora o crime de gênero; ironiza o acontecimento
292	(em resp à sd 252) "A culpa da mãe pode ser por não ter orientado melhor sua filha (com palavras e com exemplo) para que ela escolhesse com cuidado seus namorados... sinto pela família..."	Culpabilização de familiares da vítima
318	(em resp à sd 310) "Em momento nenhum o texto da matéria diz que o assassino era machista. Cuidado com o preconceito, esse sim que mata!"	Desconhecimento pela prática de crime de gênero
335	(em resp à sd 310) "Matou porque é mal-caráter. Conheço o passado do sujeito, que vc não conhece. Pois é, uma amiga deveria tê-la avisada que ele era machista e não ficado com ele esse tempo todo. A razão tem de falar mais alto que o coração, mas não pensou assim e veio a tragédia. Machismo mata! Obs: em nenhum momento eu falei que feminismo é igual machismo, apenas fiz uma analogia"	Culpabilização de familiares da vítima; ignora o crime de gênero; ironiza o acontecimento
351	"Aponete uma crise do governo BOLSONARO criada pela oposição? Quase todas foram criadas por ele próprio, seus filhos ou aliados dele! BRIGA COM MINISTROS, PREFEITOS E GOVERNADORES E ESTÁ SE LIXANDO PARA O POVO EM PLENA PANDEMIA, 16 MIL MORTES pelo covid-19 no Brasil e nenhuma ação positiva do governo federal. BOLSONARO NÃO FAZ NAD PARA O COMBATE DA PANDEMIA, SÓ SABE CRIAR CONFUSÃO, ÓDIO E CAOS"	Ignora o crime de gênero